

*César Bolaño**

Economia política, cultura e a batalha da comunicação na América Latina do século XXI

Publicado em Bolaño, César et al. **Cuba: el legado revolucionario y los dilemas de la izquierda y las fuerzas progresistas en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2018

Este texto é uma versão condensada do ensaio apresentado ao concurso Haydée Santamaría. Minha opção foi focalizar, entre os dilemas da esquerda latino-americana, um problema em particular, o da comunicação. É certo que em vários dos nossos países foram promulgadas “leis de meios” democráticas e inclusive, em certos casos, mudanças não desprezíveis na estrutura dos sistemas de comunicação de massa foram realizadas, sem, contudo, alterar a lógica do conjunto. A necessidade de uma mudança profunda na própria concepção geral do problema da comunicação foi amplamente menosprezada, prevalecendo, na melhor das hipóteses, a ideia de reforçar o papel do Estado na regulação e eventualmente na operação dos grandes meios de comunicação de massas.

Na pior das hipóteses, como foi o caso do Brasil, muito pouco foi feito no sentido da democratização dos meios, preservando-se basicamente a estrutura herdada do período militar. Nesta versão condensada, foram eliminadas as referências ao caso brasileiro,¹ um caso nacional exemplar ligado à estrutura do sistema global de comunicação e cultura típica da segunda metade do século XX, a qual se encontra hoje em plena transição. Em todo caso, a academia latino-americana e o movimento social pela democratização da comunicação têm acompanhado o processo desde o início, participando muitas vezes ativamente na formulação de propostas, e não faltam análises de qualidade a respeito, embora esteja ainda por produzir-se um balanço geral, com o devido distanciamento crítico, de todas as experiências vinculadas aos governos ditos populares, ou de esquerda, que estiveram no poder, ou ainda estão, em boa parte do continente.²

No que segue, trato apenas de apresentar a síntese de um marco teórico-histórico para a compreensão do problema em toda a sua extensão, o qual poderá eventualmente servir de base para um estudo transversal e coletivo desse tipo. Apoio-me, na apresentação da questão de fundo, na primeira parte, em Celso Furtado, quem desenvolveu, no interior

* Professor da Universidade Federal de Sergipe e do programa de pós-graduação da Universidade de Brasília. Foi presidente da Associação Latino-americana de Pesquisadores da Comunicação (ALAIC) e da União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (ULEPICC).

¹ Além de BOLAÑO, César. **Mercado brasileiro de televisão**, op. cit., que tem uma segunda edição ampliada, pela editora EDUC, de São Paulo, 2004, vide BOLAÑO, César. **Qual a lógica das políticas de**

comunicação no Brasil? Paulus: São Paulo, 2007. Vide também BRITTOS, Valério; BOLAÑO, César (orgs.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. Paulus: São Paulo, 2005, que tem também uma segunda edição de 2015 (São Paulo: Barão de Itararé), com um capítulo introdutório de atualização. Sobre as políticas de comunicação nos governos do PT, vide RAMOS, Murilo César. *Hechizo del tiempo: el tímido legado de Lula y Dilma en la comunicación*. In: BIZBERGE, Ana; GOLDSTEIN, Ariel. **Medios y gobiernos latinoamericanos en el S. XXI: las tensiones de una compleja relación**, op. cit, p. 111-128.

² Cito apenas um estudo relativamente recente, que inclui artigos de vários pesquisadores importantes do campo de diferentes países da América Latina: BIZBERGE, Ana; GOLDSTEIN, Ariel. **Medios y gobiernos latinoamericanos en el S. XXI: las tensiones de una compleja relación**. Buenos Aires: Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe, Universidad de Buenos Aires, 2014.

desse amplo campo intelectual que é o estruturalismo histórico latino-americano, sobre a base da economia política, uma teoria do desenvolvimento fortemente marcada por um conceito antropológico de cultura, influenciado por autores fundamentais dos campos da sociologia, da ciência política, da filosofia e, evidentemente, dos diferentes âmbitos e correntes da ciência econômica com os quais dialoga, inclusive a teoria da informação. A partir daí, na segunda parte, trato de avançar na análise da relação cultura/comunicação, referindo-me tanto ao debate sobre a imprensa em Lênin e em Adelmo Genro Filho, considerado fundador dos estudos de jornalismo no Brasil, quanto à questão da Indústria Cultural no século XX, para, nas quatro partes seguintes, nessa mesma linha de revisão conceitual, voltar-me para o problema mais geral da reconfiguração do fator subjetivo, cuja relação com a questão da comunicação e da cultura é direta, mas não óbvia. Assim, a parte terceira é dedicada à questão do tempo livre, a quarta, a dois temas – a função do intelectual e a subsunção do trabalho em Marx – que se articularão, na parte quinta, que trata de um aspecto central da atual reestruturação produtiva, como é o da subsunção do trabalho intelectual e suas consequências de ordem econômica, política e sociológica, com impactos sobre as perspectivas de transformação social, num momento em que o modo de produção torna-se crescentemente informático e comunicacional.

Finalmente, retomo a questão da comunicação, ao considerar o surgimento e expansão da internet, outro aspecto fundamental da reestruturação produtiva, que impacta na organização da esfera pública e nos sistemas de mediação social e legitimação, cruciais para se entender a encruzilhada em que se encontram as esquerdas latino-americanas, e não apenas elas, frente a uma crise estrutural global com as características da atual. A análise do caso brasileiro, eliminada desta versão condensada, explicita as mudanças na articulação entre agentes nacionais e internacionais, que dão coerência ao sistema global de cultura, no plano dos grandes sistemas de comunicação, reforçando os mecanismos de manipulação que se valem da produção de ficção, da informação jornalística e das formas controladas de interação tecnologicamente mediada, constituindo-se, assim, em nível global, um poderoso sistema de controle social. Vale esclarecer desde já que quando falo de controle ou manipulação, não se trata de determinismo econômico, ou de desconhecimento da autonomia da recepção, como poderiam pensar alguns, mas, ao contrário, trata-se de entender a realidade do capitalismo, tal como o conhecemos hoje, em sua totalidade, sem o que não será possível realizar uma análise realista e consequente dos desafios que o pensamento crítico enfrentará nas próximas décadas na América Latina.

As esquerdas latino-americanas estiveram demasiado tempo preocupadas com os meios, em detrimento das mediações, para usar a fórmula célebre de Jesus Martín Barbero³. O erro dos estudos culturais não reside nessa formulação, mas, ao contrário, no academicismo dos estudos de recepção que, com as ferramentas do antropólogo, visitam as audiências para tirar, a cada pesquisa, as mesmas singelas conclusões: que estas têm também suas estratégias, que podem fazer leituras dos meios diferentes daquelas que os

emissores pretenderiam, sem considerar que os próprios antropólogos são trabalhadores intelectuais que realizam uma função de mediação a serviço de uma estrutura de poder, como é, por exemplo, a Universidade. A questão que se coloca aqui, ao contrário, é aquela sobre a construção de outras mediações possíveis, que garantam a autonomia cultural que a classe trabalhadora – profundamente transformada pela reestruturação produtiva e o neoliberalismo – necessita para gerar utopias mobilizadoras, capazes de fazer frente às

³ BARBERO, Jesús Martin. **Dos meios às mediações, Comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997 [1987].

ideologias pós-modernistas e liberais que tratam de dirigir para o mercado todas as energias criativas da sociedade.

Cultura e desenvolvimento

A chave para a compreensão do problema pode ser buscada inicialmente em David Harvey, quem insiste em um aspecto importante para distinguir o imperialismo norte-americano dos imperialismos nacionais europeus que se esboroariam na esteira da II Guerra Mundial.⁴ A integração social, em nível nacional, que no velho imperialismo se dava sobre a base de um racismo científico que conferia à metrópole uma missão histórica civilizadora, pautada na ideologia do progresso, agora, estabilizada a nova estrutura hegemônica internacional, sob o comando dos Estados Unidos, dependerá da inclusão das massas nos padrões de consumo sofisticados, próprios daquilo que ficou conhecido na literatura, especialmente francesa, como modo de regulação taylorista-fordista.⁵

Furtado, de sua parte, deixa clara a semelhança entre a oitocentista ideologia do progresso e aquela do desenvolvimento, na medida em que ambas colocam a organização social do centro como superior e exemplar, justificando a dominação em nome de uma missão histórica auto imputada e tacitamente reconhecida pelas elites crioulas latino-americanas já aculturadas pela modernização capitalista decorrente da difusão da Civilização Industrial a partir do seu núcleo original, a Inglaterra.⁶ Um aspecto importante da questão é o da tendência, expressa já na “força expansiva do primeiro núcleo industrial (...) a unificar a civilização industrial em todo o mundo”⁷, que adquire enorme impulso com a expansão dos conglomerados norte-americanos, primeiro, japoneses e europeus, em seguida, ao longo do período expansivo do pós-guerra.

Octavio Rodriguez teve o mérito de assinalar e insistir, pela primeira vez, na importância do conceito de cultura em Furtado, observando a existência, no final das contas, de três âmbitos em que ele se apresenta: material e espiritual, sendo este último dividido em dois planos: político-institucional e cultural em sentido estrito.⁸ É importante expor a questão nessa sequência. Furtado compara a separação entre os conceitos de cultura material e cultura espiritual, da antropologia, com aquela, marxista, das relações entre base e superestrutura, que ele considera uma “audaciosa simplificação”, que permite a construção de um modelo dialético inédito, simples e operacional, de “extraordinária eficácia como instrumento explicativo dos processos históricos”⁹.

O autor assinala, portanto, um traço comum entre as duas perspectivas, marxista e antropológica, citadas no parágrafo anterior, mas critica logo adiante o conceito antropológico de mudança social, ao qual opõe a seguinte definição de desenvolvimento:

A ideia de desenvolvimento surge como uma hipótese ordenadora do processo histórico – como ‘síntese de várias determinações, unidade da

multiplicidade’, na expressão de Marx – a partir da qual é possível realizar

-
- 4 HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004 [2003].
- 5 BOYER, Robert. **La théorie de la régulation: une analyse critique**. Paris: La Découverte, 1986.
- 6 FURTADO, Celso. **Dependência e criatividade na civilização industrial**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.
- 7 FURTADO, Celso. *Entre inconformismo e reformismo*. In: **Obra autobiográfica, vol. III**, São Paulo: Paz e Terra, 1997, p. 25.
- 8 RODRIGUEZ, Octavio. **O estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- 9 FURTADO, Celso, **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964, p. 17.

um esforço eficaz de identificação de relações entre fatores e de seleção desses fatores com vistas à reconstrução desse processo através de um modelo analítico.¹⁰

O limite do modelo de Marx, por sua vez, seria dado pelo alto nível de abstração em que é formulado, o que lhe restaria efetividade como “instrumento de orientação política [e] o objetivo da ciência é produzir guias para a ação prática”¹¹

A relação de Furtado com Marx é tema complexo.¹² O marco teórico aqui adotado segue a pista de Furtado na definição de uma teoria social capaz de explicar os dilemas do subdesenvolvimento latino-americano, interpretando a sua contribuição sob as lentes do marxismo. Trata-se, por certo de uma entre outras possíveis apropriações de Furtado, mas deve-se reconhecer que o próprio autor indica essa possibilidade, mesmo quando apresenta suas críticas ao “modelo de Marx”, na *Teoria e Política Desenvolvimento Econômico*, grande síntese do seu pensamento econômico, incorporando reflexões produzidas desde 1955 até a primeira edição de 1967 e a edição revisada de 1974. Nessa obra fundamental, que Mallorquin considera um dos “livros de texto do estruturalismo”,¹³ Furtado explicita nos seguintes termos a herança marxista da escola latino-americana:

Os estruturalistas retomaram a tradição do pensamento marxista, na medida em que este último colocou em primeiro plano a análise das estruturas sociais como meio de compreender o comportamento das variáveis econômicas.¹⁴

No caso de Marx, Isaac Rubin, em trabalho clássico, considerará como a sua grande inovação, em termos metodológicos, não o “método da abstração [que] é comum a Marx e a muitos de seus predecessores, inclusive Ricardo. Mas foi Marx quem introduziu um método sociológico na economia política”¹⁵. Em Furtado, trata-se da busca por uma interdisciplinaridade que, em *Prefácio a nova economia política*, assumirá a forma de um projeto de construção de uma ciência social global, a partir do conceito clássico (e marxista) de excedente.¹⁶ Em ambos, trata-se de explicitar os fatores extra econômicos que determinam a economia na sua essência.

É na cultura, em particular na sua relação com a economia política e a teoria do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, que se situa a contribuição de Furtado que interessa recuperar aqui. Retomemos então o terceiro plano da classificação de Rodriguez há pouco mencionada para lembrar a defesa da política e da criatividade política feita por Furtado. O fenômeno, insistentemente apontado por ele, da transmutação de meios em fins implica um paradoxo: uma irracionalidade intrínseca à extensão da racionalidade instrumental, marca da Civilização Industrial capitalista. Como diria Marcuse, essa

¹⁰ Idem, p. 22.

¹¹ Idem.

¹² Ver, a respeito BOLAÑO, César. **O conceito de cultura em Celso Furtado**. Salvador: EDUFBA, 2015, capítulo 1.

¹³ MALLORQUIN, Carlos. **Celso Furtado: um retrato intelectual**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. Vide também BOLAÑO, César. **O conceito de cultura em Celso Furtado**, op. cit.

¹⁴ FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983 [1967].

¹⁵ RUBIN, Isaac. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Brasiliense, 1980 [1928], p. 40.

¹⁶ FURTADO, Celso. **Prefácio a nova economia política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

“impetuosa racionalidade, que impele a eficiência e o crescimento, é irracional em si mesma”¹⁷.

Assim, se “a criatividade com liberdade corresponde a um ato de afirmação pessoal que vincula moralmente quem cria a sua obra”, tanto na ciência como na técnica, a atividade criadora se descaracterizou, “o que explica o estado de desgarramento moral de muitos cientistas contemporâneos”, constituindo-se a incapacidade de entender a própria criação, “a manifestação mais dramática [da] alienação no sentido de perda de identidade”.¹⁸ Uma reversão dessa tendência implicaria uma “revolução cognitiva” que restaurasse “o saber como um fim em si mesmo”, o que significa “restabelecer o primado da sabedoria sobre o conhecimento”.¹⁹ A própria produção estética se verá afetada por uma crescente vinculação às imposições do mercado e da publicidade.

É preciso, por outro lado, precaver-se das “grandes vagas de idolatria” que marcaram o século XX, e que representam o reverso do racionalismo, desorientando os sujeitos, que tendem a sobrevalorizar a segurança, voltando-se submissos para o Estado, abdicando do “único espaço em que na civilização industrial floresceu autêntica atividade criadora, que é a política”.²⁰

É importante lembrar que essas reflexões foram feitas por Furtado em seus trabalhos dos anos 1970, como professor da Sorbonne, num momento de enorme efervescência dos movimentos sociais, marcados então, em todo o mundo e muito especialmente na França, pelo impacto de uma juventude radicalizada, questionadora de velhos dogmas da brava mas envelhecida classe operária que formara o esteio da resistência ao fascismo e da construção do socialismo real, de um lado, e do estado de bem estar social, do outro. A divisão que se estabelece então no interior do pensamento de esquerda permanece até os dias de hoje, pois é fruto de uma mutação profunda, de ordem sociológica, na estrutura de classes do capitalismo avançado, à qual retornarei adiante.

Mas voltemos ao ponto. Mais do que criatividade institucional no sentido desenvolvimentista – parte importante, por certo, do pensamento e da ação política de Furtado, especialmente em sua fase cepalina – trata-se, no último trecho citado, de uma defesa da ação política direta. Assim, refere-se ao movimento ludista “das minas de carvão, da metalurgia, da indústria têxtil, da construção naval” do norte da Inglaterra, destruído por feroz repressão, defendendo sua rejeição radical das formas de vida criadas pela revolução industrial, ao contrário do movimento operário originário de Londres, “onde predominava a pequena indústria e o artesanato”, que não formulava “uma crítica global ao sistema, limitando-se a reivindicar melhorias nas condições de vida da classe trabalhadora”.²¹

Ao contrário, como os ludistas, Furtado defende a construção de um sistema global de cultura alternativo. No panorama das grandes lutas sociais dos anos 1970, o

autor, criticando de forma radical tanto a ideologia do progresso, quanto a ideologia soviética do socialismo científico, adota como paradigma o emergente movimento ecologista, nos seguintes termos:

¹⁷ MARCUSE, Herbert. **O homem unidimensional**. São Paulo: Edipro, 2015 [1964], p. 34.

¹⁸ FURTADO, Celso. **Dependência e criatividade na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 174.

¹⁹ Idem, p. 203.

²⁰ Idem, p. 168.

²¹ Idem, p. 178.

Ao introduzir na política a iniciativa das associações diretas, ele reivindica para o homem a pluridimensionalidade como ator político. Essa parece ser a última chance de conter a invasão do poder burocrático: reinjetar a consciência dos fins concernentes ao todo social nas motivações políticas do cidadão.²²

Nessa linha, defenderá também o movimento feminista, o movimento negro, mas o ponto central da argumentação é sempre a autonomia, apresentada, nesse momento, como uma questão crucial para o movimento operário e o pensamento marxista:

A ideia formulada por Marx, segundo a qual um processo crescentemente agudo de luta de classes, no quadro da economia capitalista, operaria como fator decisivo na criação de uma nova sociedade, essa ideia para ser válida requer, como condição *sine qua non*, que as classes pertinentes estejam em condições de gerar visões independentes do mundo. Em outras palavras: a existência de uma ideologia dominante (...) não deveria significar a perda total de autonomia cultural pelas outras classes, ou seja, a colonização ideológica destas.²³

Aí está uma parte significativa da resposta ao dilema enfrentado hoje pelas esquerdas latino-americanas, qual seja, o da necessária autonomia cultural da classe trabalhadora para a efetivação de um projeto de transformação radical da sociedade sob sua hegemonia. A batalha da comunicação não poderá ser adequadamente enfrentada sem uma profunda compreensão do significado desse problema, menosprezado pelos governos ditos populares que deixam o poder hoje em vários países da América Latina.

Não obstante a importância da reflexão, até certo ponto surpreendente, sobre as condições objetivas necessárias para a vitória de uma transformação radical da sociedade sob o comando da classe operária, a problemática da autonomia cultural é mais frequentemente tratada pelo autor nos termos de uma teoria da dependência, peça fundamental da sua teoria do subdesenvolvimento. Carlos Mallorquin é muito convincente ao apontar a anterioridade da reflexão furtadiana sobre a dependência e sua influência sobre as teorias de Gunder Frank e de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, entre outros.²⁴ Mais importante: a de Furtado é uma teoria da dependência cultural, como o próprio autor explicita em mais de uma ocasião,²⁵ à qual não se aplicam as justas críticas, como a de Ingrid Sarti,²⁶ que se fazem às teorias da dependência cultural derivadas das teorias da dependência mais conhecidas.

O caso brasileiro é exemplar a esse respeito. A difusão da Civilização Industrial, a partir de seu núcleo originário, na Inglaterra, traduziu-se aqui – como em outras partes da periferia e na América Latina de forma paradigmática –, em consequência da divisão internacional do trabalho que acarreta expansão urbana e modernização do consumo, civil e militar, sob o comando das elites tradicionais que se tornam freguesas das burguesias

industriais do centro, especialmente da Inglaterra, ao contrário do que ocorreu na Europa – onde a expansão do sistema industrial leva rapidamente ao esgotamento do excedente

²² Idem, p. 179.

²³ Idem, p. 84-5.

²⁴ MALLORQUIN, Carlos, op. cit.

²⁵ A ese propósito, ver BOLAÑO, César. **Campo Aberto. Para a crítica da epistemologia da comunicação.** Aracaju: EDISE, 2015, capítulo 4.

²⁶ SARTI, Ingrid. *Comunicação e dependência cultural: um equívoco.* In: WERTHEIM, Jorge (org.). **Meios de comunicação: realidade e mito.** São Paulo: Nacional, 1979.

estrutural de mão de obra original, de modo que as novas tecnologias, introduzidas no plano dos processos produtivos, para atender às necessidades da produção, terão um caráter capital intensivo – em uma modernização via consumo, que não altera, em geral, o sistema produtivo nem as precárias condições de vida das massas trabalhadoras.

O fascínio das elites brancas latino-americanas pelos novos bens industrializados vindos do centro e sua pronta adesão à nova divisão internacional do trabalho se explica, por certo, de início, por vantagens comparativas – que, no entanto, logo se esgotam, dando lugar a uma recorrente deterioração dos termos de intercâmbio – mas principalmente pelo fato de que, ao contrário do que ocorrera com as outras matrizes da cultura brasileira, a europeia sempre manteve uma fluida relação com a metrópole. A difusão da modernidade capitalista promoverá, nessas condições, no século XIX, um “divórcio entre elite e povo”, rompendo a unidade cultural que representava, na época colonial, o catolicismo e a cultura barroca.²⁷ Assim, as matrizes culturais indígena e africana, desprestigiadas, consideradas inferiores, primitivas, poderão, paradoxalmente, desenvolver-se com importante autonomia, em toda a sua riqueza, nas periferias, favelas, nos interiores, terreiros, nos grotões.

Embora seja essa a cultura popular de que a burguesia industrial lançará mão para construir a sua hegemonia a partir dos anos 20 e 30 do século passado, a verdade é que a identificação com ela por parte das classes médias e altas sempre será limitada e problemática, como ficará patente no período recente, das grandes mobilizações a favor do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, nas ruas e principalmente nos *sites* de redes sociais na Internet, onde se manifesta de forma cristalina aquele traço marcante da cultura brasileira, que se tratou de encobrir ao longo das décadas, através do mito da democracia racial, desmascarado por grandes intelectuais críticos brasileiros, como Florestan Fernandes, ou Abdias Nascimento.

A industrialização periférica por que passaremos, em decorrência do estrangulamento externo provocado pela crise de 1929 e as duas guerras mundiais, seguindo a via da substituição de importações, acabará por consolidar, por sua vez, aquela dependência de origem cultural, transformando-a em dependência tecnológica, inserida no âmago da estrutura industrial assim construída. O Brasil, destarte, como os demais países da América Latina, acabará por inserir-se daquela forma subordinada antes referida no processo de unificação da cultura material do capitalismo globalizado sob o comando dos Estados Unidos da América no longo período expansivo do pós-guerra.

A globalização, aliás, tornará cada vez mais difícil uma solução alternativa, mas Furtado, animado pela redemocratização, depositava ainda, nos anos 1980, grandes esperanças no potencial transformador que uma aliança entre a classe média e o povo poderia representar no Brasil, não sem explicitar os riscos envolvidos, temperando o otimismo da vontade com o pessimismo da razão. Vejamos, para encerrar este ponto, como a questão é posta na última das *Sete teses sobre a cultura brasileira*:²⁸

A descoberta, casual ou buscada, do país real pelas elites é certamente o traço mais saliente do processo cultural brasileiro no século [XX] (...). Com a urbanização, a presença do povo faz-se mais visível e sua criatividade cultural mais difícil de ser escamoteada. A emergência, na segunda metade do século, de uma classe média de peso crescente introduz novos elementos

²⁷ FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

²⁸ As *Sete teses* fazem parte de uma célebre conferência de 1984, intitulada *Que somos?* In: FURTADO, Celso. **Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura**. Rio de Janeiro: CICEF/Contraponto, 2012.

na equação do processo cultural. A classe média forma-se no quadro da modernização dependente, ainda que mediatizada pela indústria local, mas está demasiado próxima do povo para poder assumir a posição bovarista das antigas elites. Por outro lado, a influência que exerce a cultura da classe média na massa popular interfere na criatividade desta. O seu encontro com o povo é também a descaracterização deste.²⁹

Partindo dessa suposição sobre a complexa relação entre classe média e povo, a leitura de Furtado da realidade brasileira de meados dos anos 1980 é apresentada em seguida assim:

Em síntese, neste final do século XX, o processo cultural brasileiro se apresenta como a resultante de múltiplos fatores, cabendo assinalar por seu relevo a forte atuação da indústria da cultura como instrumento de modernização dependente, a incipiente autonomia criativa de uma classe média em que existem raízes populares ainda frescas e a força reativa de uma massa popular ameaçada de descaracterização cultural. A classe média constitui-se no *locus* privilegiado da criação cultural, interagindo entre a modernização dependente e a busca de uma identidade que somente pode vir das raízes populares. A concentração da renda não é senão o verso da modernização dependente. Portanto, uma nova síntese cultural, que recolha a força criativa do povo, pressupõe o aprofundamento do processo de democratização e a redução da heterogeneidade social.³⁰

Sem entrar no significado da complexa relação entre classe média e povo em Furtado³¹, interessa enfatizar apenas aqui o papel de modernização dependente que o autor imputa à Indústria Cultural, num momento em que “a produção de bens culturais transformou-se em ciclópico negócio e uma das leis que regem esse negócio é a uniformização dos padrões de comportamento, base da criação dos grandes mercados”³²

Chegamos, com isto, ao limiar da crítica da comunicação, que tratarei de desenvolver mais adiante. O próprio Furtado não o faz, embora nenhuma dúvida deva restar sobre a clareza que tinha a respeito do problema que hoje se apresenta como o grande desafio que as esquerdas brasileiras e latino-americanas deverão enfrentar no futuro próximo. Antes de desenvolver o ponto, entretanto, é preciso avançar ainda no equacionamento da questão cultural na perspectiva que vimos seguindo, acionando agora uma segunda chave de leitura.

Comunicação, cultura e capitalismo

É interessante retomar, de início, o problema da autonomia cultural da classe trabalhadora. Eric Hobsbawn, em *Mundos do trabalho*, mostra que, na Inglaterra do

século XIX,³³ a oposição da classe operária ao regime burguês se expressava não somente no plano estritamente político da luta de classes, mas naquele mais profundo da identidade

²⁹ FURTADO, Celso. **Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura**, op. cit., p. 39.

³⁰ Idem, p. 39-40.

³¹ Ver, a respeito, o capítulo conclusivo de BOLAÑO, César. **O conceito de cultura em Celso Furtado**, op. cit.

³² FURTADO, Celso. **Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura**, op. cit., p. 40.

³³ HOBBSBAWN, Eric. **Mundos do trabalho**. São Paulo: Paz e Terra, 1987 [1984].

de uma classe culturalmente homogênea, orgulhosa do seu modo de vida, dos seus hábitos alimentares, do tipo de prática lúdica/esportiva a que se dedicava, apresentando-se, enfim, como contra hegemônica no nível mais amplo do sistema global de cultura.

A oposição entre cultura erudita e cultura popular apresenta-se, assim, como contradição profunda entre duas visões de mundo claramente distintas, no momento em que a classe operária se coloca como portadora de um projeto de organização geral da cultura alternativo. E isto também no plano estritamente intelectual, como deixam claro as formas de produção e difusão do pensamento socialista, comunista, anarquista, sindicalista. Aqui interessa citar a função organizativa, teorizada por Lênin, que a imprensa operária cumpriu na Revolução Russa de 1917, incluindo desde a produção de textos em cada fábrica até a sua reunião para a produção do jornal e a distribuição clandestina ao longo de um território tão amplo, envolvendo milhares de mãos, de trabalhadores anônimos formando uma extensa rede de comunicação popular alternativa, totalmente autônoma, que se esforçava por manter a maior invisibilidade frente à repressão policial czarista.³⁴

Assim se organizava a inteligência coletiva proletária na Rússia nos primeiros anos do século XX, um oceano cultural em que o revolucionário bolchevique podia nadar como peixe. Note-se que a tarefa urgente proposta por Lênin vinculando organização partidária e criação de um jornal político para toda a Rússia, implica superar os “métodos artesanais”, como explicitara já em 1899, no artigo *Um problema vital*, incluído na mesma compilação citada na nota anterior, nos seguintes termos: “o problema consiste em decidir se vale a pena continuar com métodos ‘artesanais’ o trabalho que já se realiza, ou se deve-se organizá-lo como trabalho de um só partido e refleti-lo num órgão de imprensa comum”.³⁵

Adelmo Genro Filho reconhece que “a tese de Lênin sobre a necessidade do jornal partidário enquanto ‘organizador coletivo’, com funções de análise crítica, luta ideológica, propaganda e agitação é, ainda presentemente, insuperada em seus fundamentos”,³⁶ mas acrescenta que “há uma tarefa mais ampla do jornalismo tipificado nos diários, que deve ser pensada em sua especificidade”.³⁷ E conclui:

Embora o jornalismo expresse e reproduza a visão burguesa do mundo, ele possui características próprias enquanto forma de conhecimento social e ultrapassa, por sua potencialidade histórica concretamente colocada, a mera funcionalidade ao sistema capitalista.³⁸

Mais adiante, criticando a ideia de Mattelart, de “dar a palavra ao povo”, aponta que isto significaria

muito mais do que oferecer o microfone ou a máquina de escrever aos populares (...) Trata-se fundamentalmente de criar as mediações e os canais

adequados para que os conteúdos sociais (o plural aqui é indispensável), que

³⁴ LÊNIN, Vladimir I. *Por dónde empezar?* In: Iskra nº 4, maio de 1901. Republicado na compilação **Acerca de la prensa**. Moscou: Editorial Progreso, sem data; LÊNIN, Vladimir I. **Que fazer?** São Paulo: Hucitec, 1978 [1902].

³⁵ LÊNIN, Vladimir I. **Acerca de la prensa**, op. cit., p. 23.

³⁶ GENRO Filho, Adelmo. **O segredo da pirâmide. Para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê, 1987, p. 46.

³⁷ Idem, p. 47.

³⁸ Idem.

antes eram desprezados na comunicação, passem a ter hegemonia no processo. O que é diferente de manipular o meio de comunicação diretamente. Esses ‘canais’ e essas ‘mediações’ constituem precisamente o patrimônio técnico-científico, que envolve desde a eletrônica até as técnicas e (em alguma medida) as artes jornalísticas. Subestimar esses fatores na sociedade contemporânea é como pensar que o artesanato poderá substituir a indústria moderna ou então que, nesta última, os trabalhadores poderão dispensar os engenheiros e técnicos.³⁹

A crítica a Mattelart se apresenta aqui como crítica a um projeto de “jornalismo artesanal” contra o jornalismo industrial moderno, considerado uma forma particular de conhecimento da realidade. Note-se que a crítica à prática chamada artesanal tem um sentido bem diferente daquela do trecho de Lênin citado. Aqui trata-se da defesa de um tipo particular de produção cultural, considerado moderno e eficiente. Assim:

A preocupação central de Mattelart é com os meios artesanais de comunicação, pois ele vê a cultura produzida pelos meios de comunicação de massa – num processo revolucionário ou de construção do socialismo – como o desaguadouro de todo um processo, cujo sentido seria definido nas atividades culturais elementares levadas a cabo de modo artesanal pelo povo. No entanto, é uma ilusão acreditar que os modernos meios de comunicação de massa possam, de fato, funcionar tão somente como a ponta final da cadeia de produção da cultura. Na realidade ocorre o oposto: os meios de comunicação de massa são, hoje, em qualquer sociedade, os verdadeiros ‘monitores de sentido’ do processo como um todo, os aparatos que presidem o conjunto da produção cultural e informativa, fornecendo motivos, estilos, temas, gêneros, pautas e novos rumos.⁴⁰

Assim, diferentemente da construção coletiva pela classe operária e seus intelectuais de um meio de comunicação unificado que refletisse e apoiasse a própria organização da classe – como no projeto de Lênin, que influenciou fortemente, aliás, a reflexão de Mattelart no período de sua produção a que Zarowsky se refere como o “laboratório chileno”⁴¹ –, Genro coloca em primeiro plano uma função mediadora dos meios de comunicação de massa.

E nisso não dependem do capitalismo. É evidente que essa orquestração feita pelos meios de comunicação de massa, sobre o conjunto da comunicação e da cultura, não funciona nunca como uma imposição, uma relação pura e simples de manipulação. Há uma dialética entre o centro e cada uma das suas partes (...) conduzindo à produção e reprodução da cultura e da informação, na qual o papel das classes, dos grupos organizados e dos indivíduos é sempre irreduzível. Mas o centro, o núcleo do poder que

qualifica o processo no seu conjunto e lhe fornece os rumos é constituído pelos meios de comunicação de massa.⁴²

³⁹ Idem, p. 122.

⁴⁰ Idem, p. 125.

⁴¹ ZAROWSKY, Mariano. **Del laboratorio chileno a la comunicación-mundo. Un itinerario intelectual de Armand Matterlart**. Buenos Aires: Biblos, 2013.

⁴² Genro Filho, op. cit, p. 125.

É certo que a função de mediação é o elemento chave para entender a Indústria Cultural e os grandes meios de comunicação de massa. O problema é a autonomia que Genro parece imputar a uma instituição, a grande imprensa tomada em abstrato, identificando Pravda, ou Granma, a New York Times, O Globo ou qualquer outro, entendido o conjunto como uma nova forma de produção especializada de conhecimento e de mediação social, sem considerar, salvo marginalmente, o fato de que se trata de empresas em que o trabalho dos jornalistas, entre outros, é subsumido.

O conceito marxiano de subsunção do trabalho é absolutamente crucial para qualificar aquele de mediação social, que caracteriza e legitima a Comunicação como campo de estudo acadêmico. Com o surgimento dos grandes meios de comunicação de massa, no século XX, o jornalista, como outros trabalhadores intelectuais, passa a cumprir a sua função mediadora, não mais como o intelectual independente do século XIX, mas como trabalhador assalariado a serviço de um capital individual particular, o qual se encontra numa posição estratégica na estrutura social, a serviço do grande capital monopolista e do Estado capitalista.

A cooperação no interior dos processos de trabalho que envolvem os jornalistas, nas grandes redações, por exemplo, não se distingue daquela que se realiza no interior de quaisquer outros processos de trabalho no que se refere a sua forma social, mas apenas em seu conteúdo material específico que os qualifica para a realização da função de mediação e que define os limites à subsunção. Estes últimos deveriam constituir o objeto privilegiado de análise dos estudos de jornalismo, os quais, no entanto, em que pese haverem desenvolvido métodos e categorias importantes para a compreensão das rotinas produtivas, ou seja, das especificidades dos processos de trabalho particulares, ressentem-se da falta de uma compreensão mais adequada da economia política dos meios. Não chegam, em particular, a desvendar a função ideológica de mitos, como o da objetividade jornalística, ou da liberdade de expressão, adotando-os, ao contrário, como princípios éticos que qualificariam a profissão, apartados da luta de classes.

Assim, os constrangimentos, impossíveis de negar, serão entendidos como condições objetivas a ser enfrentadas através da criatividade. Ora, quanto mais industrializada a produção, ao contrário do que pensa Genro, maior a capacidade de controle e de subordinação do trabalho ao capital. Assim, se a imprensa de massa do século XX representa uma nova forma de produção de conhecimento, como quer o autor, trata-se, por um lado, de um conhecimento a serviço da empresa jornalística, de acordo com suas estratégias empresariais, envolvendo as mais variadas técnicas de manipulação publicitária e de construção de audiências e, por outro, a serviço da propaganda e do controle social.

Os limites à subsunção do trabalho jornalístico não se referem em essência ao gênio ou à coragem individual, mas às especificidades da sua função mediadora. O capital

luta contra a autonomia relativa daí decorrente, estruturando rotinas, processos e sobretudo hierarquias que se refletem em diferenciais de salário, mas também se vale da ideologia profissional constituída como parte fundamental do pensamento liberal no século XVIII e XIX. A obra de Marx tratou justamente de desmascarar o tripé conceitual da ideologia liberal da igualdade, liberdade e propriedade, em que se inclui a liberdade de expressão, limitada pelos fatores de exclusão que caracterizam a esfera pública

burguesa clássica, como bem aponta Habermas em seu trabalho clássico sobre o tema e que podemos traduzir, nos nossos termos, por poder econômico e conhecimento.⁴³

Não se deve esquecer, aliás, que o conhecimento produzido no interior da empresa capitalista – e isto não é diferente no caso das indústrias culturais e da comunicação – é um conhecimento extraído da classe trabalhadora, articulado ao conhecimento produzido pelos intelectuais que, no século XX, formam eles também parte da classe trabalhadora assalariada, empregada pelo capital ou pelo Estado capitalista. Se for possível encontrar formas de resistência e graus de liberdade no interior da produção cultural hegemônica, é justamente na dupla contradição capital-trabalho/economia-cultura que eles residem.⁴⁴

Mas não é no texto que essas contradições podem resolver-se em favor de um projeto social alternativo. O jornalista deve entender que os limites impostos a sua função de mediação advêm de sua condição de trabalhador e que a solução passa por uma ação coletiva que transcenda o plano meramente sindical vinculando-o ao conjunto da classe trabalhadora e a seu serviço, o que não pode ser feito de forma consequente no interior da chamada mídia hegemônica. Nesse sentido, a tarefa formulada por Lênin permanece em essência a mesma. Ocorre que, mais de cem anos depois, a realidade empírica encontra-se radicalmente transformada.

O fato é que, na virada do século XX, o capitalismo passava por uma transição profunda, que se refletiria em todos os setores da vida. Para nossos interesses neste ponto, o trabalho de Habermas sobre a esfera pública ainda constitui a melhor referência. Em poucas palavras, a abertura da esfera pública à participação de setores não instruídos e não proprietários, decorrente das pressões sociais que acompanham o surgimento do capitalismo monopolista, com o fortalecimento da classe trabalhadora, organizada em grandes sindicatos e partidos de massa, redundando na formação do Estado democrático de massas, põe em risco todo o sistema de dominação, ao eliminar o caráter restrito da velha esfera pública burguesa.

A Indústria Cultural surge então como mecanismo de controle social, que esteriliza o potencial revolucionário que uma esfera pública massificada teria, na medida em que os novos participantes representam não apenas maioria, mas acima de tudo uma massa de não proprietários, sem nenhum interesse objetivo na defesa da comunidade abstrata dos proprietários que a sociedade mercantil capitalista representa.⁴⁵ A Indústria Cultural é parte também essencial da nova estrutura do capitalismo tardio, que aparece em toda a sua exuberância no longo período expansivo cujo início coincide com a consolidação da hegemonia norte-americana, ao final da II Guerra Mundial.

⁴³ HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984 [1961].

⁴⁴ BOLAÑO, César. **Indústria cultural, informação e capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 2000.

⁴⁵ O falado pessimismo frankfurtiano se traduz aqui não naquele saudosismo da cultura burguesa da obra de arte única, que se imputa em geral a Adorno, em polêmica com Benjamin – ver especialmente o influente livro de BARBERO, Jesús Martin. **Dos meios às mediações. Comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997 [1987] –, mas no saudosismo da esfera pública crítica da velha burguesia revolucionária, suplantada também agora pelo capital monopolista, das sociedades anônimas e do capital financeiro internacional. Habermas corrigirá posteriormente a referida visão pessimista. Ver especialmente HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la Acción Comunicativa**. Madri: Taurus, 1987 [1981]. Mas isto não importa aqui. Para uma crítica, vide BOLAÑO, César. **Indústria cultural, informação e capitalismo**, op. cit.

Trata-se de uma fundamental ruptura no plano da racionalidade, constituindo-se todo um renovado sistema global de cultura, caracterizado por uma profunda imbricação entre cultura material e não material, graças justamente à unificação da primeira em nível global a partir do centro e à forma de integração social característica do sistema monopolista norte-americano, acima apontada. Aí reside precisamente a sua força, mas talvez o pensamento de esquerda ainda não se tenha dado conta adequadamente, em toda a sua profundidade, do problema, o que explica, ao menos em parte, a dificuldade em entender a mutação cultural em curso neste momento, ou o aspecto cultural da derrocada do bloco soviético, ou ainda, simetricamente, o sucesso do modelo chinês, entre outros temas. Superar essa limitação passa por recuperar aquele tipo de pensamento, como o de Furtado, capaz de vincular a crítica da economia política à crítica da cultura e da comunicação.

O aspecto mais evidente do novo sistema de cultura que sedimenta a hegemonia global dos Estados Unidos é a proeminência da produção de conteúdo ficcional por parte da Indústria Cultural, como sistema organizado de controle social a serviço do capital monopolista e do Estado. É esse conteúdo ficcional, aparentemente inofensivo, que substitui a ficção daquela esfera pública livre, crítica e tendencialmente universal, do século XIX, a qual permanece, não obstante, hoje, como forma puramente cínica para legitimar uma liberdade de expressão que depende, para seu exercício efetivo e consequente, da propriedade do capital cultural produtor de mais valia.

A estrutura típica da esfera pública do século XIX tem nos jornais políticos, como aponta Habermas, o principal veículo de uma atividade comunicativa que se exerce nos salões, teatros, cafés, na metrópole, estrutura que se reproduz nas colônias, estabelecendo-se ainda, especialmente através das agências de notícias metropolitanas, uma interação entre elas de tipo centro-periferia. No século XX, esse sistema centrado na imprensa se modifica e subordina-se ao sistema maior da Indústria Cultural que se articula, por sua vez, em dois níveis. No nível nacional, fica estabelecida a soberania do Estado sobre o seu território, tanto no campo paradigmático das telecomunicações, como no rádio e na televisão de massas. A organização típica desses setores oscila entre o monopólio estatal (ou privado regulamentado nas telecomunicações norte-americanas) e o oligopólio (concentrado), sempre sob controle nacional. Nas áreas do cinema e da música, constitui-se um oligopólio global forte e crescentemente dominado por Hollywood e pela grande indústria fonográfica norte-americana.

Assim, o sistema de legitimação articula-se internacionalmente, associando – nos marcos de uma unificação cultural a partir do centro que não se esgota no nível da cultura material mas avança sobre aquele da cultura espiritual – interesses hegemônicos internos e externos, de acordo com uma bem definida hierarquia, a qual reflete não apenas a estrutura econômica do poder global, mas também a dependência cultural. É importante enfatizar, por outro lado, que a autonomia conferida ao Estado nacional e à grande

empresa nacional (estatal ou privada) dos setores da comunicação e das telecomunicações no interior dessa estrutura internacional de divisão do poder, nos marcos da Guerra Fria, está limitada também, em todos os níveis, por tratar-se da implantação de uma “forma cultural”⁴⁶ especificamente capitalista e adequada ao modo de regulação próprio do momento histórico.

A grande imprensa é obviamente parte integrante e fundamental da Indústria Cultural, estruturada também como poder organizado em nível internacional, como

⁴⁶ WILLIAMS, Raymond. **Tecnologia e forma culturale**. Roma: Editori Riuniti, 2000 [1974].

evidenciam não apenas as alianças, associações, os prêmios, mas também as estratégias de cobertura dos grandes eventos internacionais, as identidades na interpretação dos fatos históricos, nas linhas editoriais, como se poderá notar claramente na leitura que os grandes jornais de norte a sul da América, salvo exceções, têm feito de cada movimento particular e de cada personagem da história latino-americana e mundial nas últimas décadas, para não ir mais longe.

Os graus de liberdade de que possa desfrutar o jornalista individual, ou qualquer outro trabalhador individual, são evidentemente desprezíveis, considerada assim a Indústria Cultural na sua totalidade e como parte essencial da estrutura global do capitalismo monopolista. Se fecharmos mais o foco, considerando as diferentes indústrias culturais e da comunicação nos diferentes espaços em que se apresentam, muito mais complexidade será encontrada, pois trata-se precisamente de um sistema de mercado em que empresas individuais em concorrência pautam-se por estratégias de comunicação específicas visando fidelizar partes determinadas do público com o objetivo de produzir mercadorias audiência⁴⁷ diferenciadas, que serão negociadas no mercado intercapitalista em que meios de comunicação, agências de publicidade, anunciantes e outros agentes se encontram.

Para compreender adequadamente a relação entre as determinações de ordem macro e microeconômica no campo da produção cultural e comunicativa deve-se fugir do individualismo metodológico, centrando o estudo, no que se refere ao nível micro, nas estruturas oligopolistas que caracterizam praticamente todos os mercados culturais. É claro que se deve considerar também a existência de empresas estatais, como no caso paradigmático das televisões europeias, mas isso não muda o fundo da questão. Voltarei brevemente ao tema em seguida, analisando o exemplo brasileiro. Outro elemento importante da estrutura dos sistemas de comunicação é o dos veículos comunitários, populares, alternativos que, em geral, não podem ser incluídos no conceito de indústria. Trata-se de um setor fundamental para a construção de uma comunicação contra hegemônica, para o que seria preciso superar o seu “caráter artesanal”, no sentido de Lênin.

Colonização do tempo livre, trabalho cultural e hegemonia

É interessante retomar agora a discussão sobre a Indústria Cultural a partir do conceito de tempo livre, que Marx apresenta, nos manuscritos de 1861-1863, nos seguintes termos:

O tempo livre do lado das partes da sociedade que não trabalham se baseia no mais-trabalho ou trabalho extraordinário, no tempo de mais trabalho das partes que trabalham, o livre desenvolvimento de um lado se baseia no fato de que os trabalhadores têm de utilizar todo seu tempo, portanto, o espaço do seu desenvolvimento na mera produção de valores de uso; o

desenvolvimento das faculdades humanas de um lado baseia-se nos limites nos quais é mantido o desenvolvimento do outro lado. Nesse antagonismo se baseia toda civilização e desenvolvimento social até aqui.⁴⁸

Isto porque aqueles que não trabalham usam seu tempo livre “seja para o ócio, seja para o exercício de atividades não imediatamente produtivas (como, por exemplo,

⁴⁷ BOLAÑO, César. **Indústria cultural, informação e capitalismo**, op. cit.

⁴⁸ MARX, Karl. **Manuscrito de 1861-1863**. Cadernos I a V. Terceiro capítulo. O capital em geral. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 207.

guerra, serviço público), seja para o desenvolvimento de faculdades humanas e experiências sociais (arte, etc., ciência) que não perseguem qualquer finalidade prática imediata”.⁴⁹ Em uma frase: “a sociedade se desenvolve por meio da falta de desenvolvimento da massa trabalhadora que, ao contrário, constitui a sua base material”⁵⁰. Assim, toda a superestrutura da sociedade, nas palavras do autor, depende da extração de trabalho excedente da classe trabalhadora, a qual, vê embotado o desenvolvimento das suas capacidades intelectuais e outras não ligadas diretamente ao processo de trabalho, que se tornam atributo das classes que não trabalham. Assim,

o desenvolvimento humano inteiro, na medida em que vai além do desenvolvimento imediatamente necessário à existência natural humana, consiste meramente na apropriação desse tempo livre e o pressupõe como base necessária. O tempo livre da sociedade é assim produzido por meio da produção de tempo não livre (...) do trabalhador prolongado além do tempo de trabalho exigido para sua própria subsistência.⁵¹

Enfim, “o tempo livre de alguns corresponde ao tempo de servidão de outros”⁵². Esta é uma determinação geral, característica de toda sociedade de classes. No modo de produção capitalista, segundo Marx, na medida em que “força o trabalhador a trabalhar além do tempo de trabalho necessário (...), o capital, enquanto relação de dominação do trabalho passado sobre o trabalho vivo (...), gera cultura; ele exerce uma função histórico-social”⁵³. Assim, a força coerciva do capital torna-o fator de progresso às custas da classe trabalhadora. A preocupação de Marx é mostrar que, ao contrário do que pensam os economistas, isto não é natural.⁵⁴

Até o advento do capitalismo, o trabalho é coisa própria das classes baixas, dos escravos, servos, operários. Apenas o capitalista mercantil se interessa pelo controle direto dos negócios, enquanto os setores dominantes da sociedade feudal, por exemplo, só se interessavam em recolher os frutos do trabalho alheio sob a forma de tributo, sem imiscuir-se nos processos produtivos. Claro que toda uma camada intermediária de intelectuais, administradores, cientistas, que recebem a incumbência de realizar o trabalho intelectual, de coordenação, burocrático, é necessária para o controle social e a efetiva exploração das classes trabalhadoras. O capitalista industrial herda, por sua vez, aquela ânsia pelo lucro do capitalista comercial, passando a atuar diretamente no processo produtivo, transformando os processos de trabalho em processos de valorização do capital sob o seu controle. A ideologia própria do capitalista industrial é definida por Furtado nos seguintes termos:

À diferença daqueles que legitimavam a apropriação de parte do excedente com a propriedade da terra ou com o aventureirismo em terras alheias, o empresário industrial tende a formar de si mesmo uma imagem de ‘criador

49 Idem.

50 Idem, p. 208.

51 Idem.

52 Idem.

53 Idem, p. 213. Também nos Grundrisse Marx se refere ao tema e de forma muito esclarecedora no seguinte trecho: “como todo tempo livre é tempo para o desenvolvimento livre, o capitalista usurpa o tempo livre que os operários criam para a sociedade, vale dizer, a civilização e Wade tem razão uma vez mais, neste sentido, quando afirma que capital = civilização” (MARX, Karl. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política** (Grundrisse) – 1857-1858. México: Siglo XXI, 1980 (11ª edição) [1953], vol. II, p. 147).

54 Idem, p. 224 e segs.

de progresso’. Graças a ele novas oportunidades de emprego estão sendo criadas e novas formas de ascensão social tendem a surgir.⁵⁵

A isto ele dedica suas energias. Como disse Marx nos Manuscritos de 1844, “é certo que também o capitalista industrial disfruta. Não retorna, nem muito menos, à simplicidade antinatural da necessidade, mas seu desfrute é algo puramente acessório. A diversão se supedita, aqui, à produção e o desfrute é calculado e, portanto, por si mesmo econômico”⁵⁶. Há, em todo caso, uma valorização do trabalho pelo capital, fruto talvez da expansão da ética protestante, como explica Weber em trabalho clássico,⁵⁷ mas trata-se de uma valorização paradoxal, pois está baseada na expropriação das condições de trabalho, da terra, dos instrumentos artesanais e de todas as condições que poderiam permitir a subsistência do trabalhador sem vender a sua própria força de trabalho como mercadoria. Para ele, o trabalho torna-se um fardo, na medida em que todas aquelas condições se lhe defrontam como condições externas, pertencentes ao capital, redundando em estranhamento e alienação.

Ricardo Musse aponta que “diferentemente da compreensão resignada de Max Weber, o marxismo se constituiu como uma crítica da sociedade do trabalho”. No entanto, afirma, a maior parte dos teóricos da Segunda Internacional compreendeu o capítulo VIII do livro primeiro d’ O Capital – em que Marx “condensa e exemplifica a luta de classes no capitalismo como um conflito em torno da jornada de trabalho” – como uma nova versão da constituição do proletariado, à diferença do Manifesto Comunista, “que não desemboca na ação revolucionária. Esse juízo permitiu que Marx fosse apresentado como fiador de um programa político cujo objetivo primordial consiste na redução da jornada de trabalho”⁵⁸.

Assim, em várias passagens d’ O Capital, o tempo livre é apresentado “como pré-condição indispensável ao fortalecimento material e intelectual dos trabalhadores”⁵⁹ e sabemos que a evolução do capitalismo levou, a partir de um determinado momento, como consequência da capacidade de pressão da classe trabalhadora a sucessivas reduções da jornada de trabalho e, com isso, à conquista do tempo livre. Segundo Musse, não há dúvidas de que Marx considerava a luta pelo tempo livre

apenas como a primeira batalha na caminhada em direção a uma transição para o socialismo. Essa convicção, porém, não impediu que os sindicatos e, com eles, os partidos de massa da socialdemocracia transformassem a bandeira da redução da jornada de trabalho, seguindo o mote de Bernstein, de meio em meta principal da luta pela emancipação do proletariado.⁶⁰

Ora, a Indústria Cultural representa a colonização desse tempo livre pelo capital. O século XX traz consigo uma mudança profunda na ordem social, fruto do próprio desenvolvimento capitalista. As tendências à concentração e centralização, inerentes à lógica da acumulação do capital, estudada por Marx na sua obra maior, atingem um novo

-
- 55 FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983 [1967], p. 130.
- 56 MARX, Carlos. *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. In: MARX, Carlos; ENGELS, Federico. **Escritos econômicos vários**. México: Grijalbo, 1962, p. 98.
- 57 WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1996 (11ª edição) [1947].
- 58 MUSSE, Ricardo. A administração do tempo livre. In: **Lua Nova**, São Paulo, 99:107-134, 2016.
- 59 Idem.
- 60 Ibidem.

patamar (a quantidade se transforma em qualidade) na virada do século, com a expansão da grande empresa, da sociedade por ações, do capital financeiro.

A Indústria Cultural é a estrutura de mediação entre os poderes do Estado e do capital e as amplas massas da população mundial. Para cumprir as suas funções sistêmicas de veículo da publicidade e da propaganda, deve responder também a necessidades de reprodução simbólica do mundo da vida, com o que se alteram as condições de construção da hegemonia e de legitimação do sistema de dominação e de controle social, que passam pela subsunção do trabalho cultural⁶¹, como exemplificado acima no caso do trabalho jornalístico. Evidencia-se, assim, o caráter duplamente contraditório do capitalismo, opondo capital e trabalho; economia e cultura.⁶² O trabalho cultural é quem realiza a mediação social hegemônica a serviço do Estado e do capital, na medida em que se incorpora à empresa cultural capitalista. Não se trata mais simplesmente do intelectual independente, nem do intelectual orgânico simplesmente, representando a classe burguesa, mas de uma espécie de trabalho intelectual subsumido e vinculado a um capital individual em concorrência, com suas estratégias e alianças empresariais, suas relações privilegiadas com o Estado, como vimos no caso brasileiro etc.

São estes os desafios com que o pensamento crítico e a esquerda se defrontam ainda hoje, com os agravantes a que me referirei adiante. Gramsci segue sendo uma referência fundamental, mas deve ser interpretado à luz dos avanços que a chamada Economia Política da Comunicação e da Cultura realizou na interpretação do fenômeno da Indústria Cultural e na análise das indústrias culturais e da comunicação específicas, das suas formas de subsunção do trabalho, dos limites à subsunção, das hierarquias que os processos de trabalho e de valorização apresentam nesses mercados e das contradições de todo tipo envolvidas. A questão chave é: outra mediação é possível?

Herbert Marcuse aponta o dilema da teoria crítica na “sociedade industrial avançada”, partindo da seguinte constatação:

em suas origens, na primeira metade do século XIX, quando ela elaborou os primeiros conceitos das alternativas, a crítica da sociedade industrial alcançou concretude por uma mediação histórica entre teoria e prática, valores e fatos, necessidades e objetivos. Essa mediação histórica ocorreu na consciência e na ação política das duas grandes classes que se enfrentaram mutuamente na sociedade: a burguesia e o proletariado. No mundo capitalista elas são ainda as classes básicas. Entretanto, o desenvolvimento capitalista alterou a estrutura e a função dessas duas classes de tal maneira que elas não parecem mais ser os agentes da transformação histórica. Um interesse primordial na preservação e melhoramento do *status quo* une os antigos antagonistas nas mais avançadas áreas da sociedade contemporânea. ⁶³

E segue logo adiante:

O fato de que a ampla maioria da população aceite e seja levada a aceitar essa sociedade não a torna menos irracional e menos repreensível. A distinção entre verdadeira e falsa consciência, interesses reais e imediatos é

⁶¹ BOLAÑO, César. **Indústria cultural, informação e capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 2000.

⁶² Idem.

⁶³ MARCUSE, Herbert. **O homem unidimensional** op. cit., p. 33-34

ainda significativa. Mas essa própria distinção deve ser validada. Os homens devem chegar a vê-la e a encontrar o caminho da falsa consciência para a verdadeira, de seu interesse imediato para o interesse real. Eles só podem fazer isso se sentirem a necessidade de mudar seu modo de vida, de negar o positivo, de recusar. É precisamente essa necessidade que a sociedade estabelecida administra para reprimir, na proporção exata em que ela é capaz de ‘distribuir bens’ em uma escala cada vez maior e usar a conquista científica da natureza para a conquista científica do homem. 64

Esta formulação do mesmo problema que vimos tratando ao falar da problemática da expansão da racionalidade instrumental e da autonomia cultural da classe trabalhadora como modo de escapar das novas formas de controle decorrentes da integração social via consumo, característica do capitalismo monopolista norte-americano, é importante porque vai além, no que nos interessa mais de perto, das considerações a respeito da Indústria Cultural como mecanismo de mediação, avançando, na perspectiva da Escola de Frankfurt, para o plano mais amplo da crítica da sociedade tecnológica, situando-nos “diante de um dos mais irritantes aspectos da civilização industrial avançada: o caráter irracional de sua racionalidade”.

Isto é fundamental porque o que se vive hoje, do ponto de vista da comunicação e da cultura, é uma mudança radical das estruturas de mediação simbólica representadas pela velha Indústria Cultural do século XX, nucleadas pela TV de massa em nível nacional, como vimos, ao longo de todo o período expansivo do pós-guerra, até hoje. As transformações na economia da internet a partir de 1995 e sobretudo do processo redobrado de concentração na esteira da crise das empresas de tecnologia do ano 2000, operarão no sentido, como veremos em seguida, da construção de uma nova estrutura global de mediação que fragiliza de forma contundente as defesas dos oligopólios nacionais da radiodifusão e a regulação do campo cultural por parte dos estados nacionais. Não se pode, entretanto, entender esse movimento sem considerar previamente o sentido da reestruturação produtiva iniciada na década de 70 do século passado.

Trabalho intelectual, revoluções industriais e subsunção.

É possível entender as profundas transformações nos processos produtivos decorrentes da introdução de um conjunto de tecnologias, algumas descobertas antes já da Segunda Grande Guerra, como é o caso da televisão mesma, outras em função das necessidades do próprio esforço de guerra, consolidando, nos Estados Unidos da América, o chamado complexo industrial-militar, que constitui a grande vantagem do país na coordenação do sistema global de inovações, com base no conceito marxiano de revolução industrial. Assim, não se trata de procurar simplesmente uma relação de novas técnicas, de *clusters* de inovação, ainda que isto seja evidentemente importante, mas é

preciso sair do aspecto puramente material das forças produtivas para entender o seu eventual impacto na forma social, nas relações de produção e, neste caso, em última instância, nas transformações dos processos produtivos que se traduzem em formas renovadas de subsunção do trabalho.

A definição da Terceira Revolução Industrial nesses termos é a chave para uma adequada compreensão das transformações de ordem sociológica ocorridas ao longo do século passado, que impactam profundamente a estrutura de classes e as condições

⁶⁴ Idem, p. 34-35.

subjettivas para a mudança social. Esse é, no fundo, o problema do “homem unidimensional” de Marcuse, acima referido. Mas podemos também introduzir a questão nos termos de outro autor fundamental, do mesmo período, Michel Foucault, mais especificamente, por uma interessante entrevista de dezembro de 1976, sobre a função política do intelectual.⁶⁵

Foucault parte da consideração de uma mudança no papel do intelectual “dito ‘de esquerda’ ... [que] se fazia escutar como representante do universal. Ser intelectual era ser um pouco a consciência de todos”, uma ideia transposta de um “marxismo insipidado: tal como o proletariado pela necessidade de sua posição teórica é portador do universal (mas portador imediato, não refletido, pouco consciente de si mesmo), o intelectual, por sua escolha moral, teórica e política, quer ser portador dessa universalidade da qual o proletariado seria a forma sombria e coletiva”⁶⁶. A mudança, desenvolvida a partir da Segunda Grande Guerra, então é assim proposta:

Há muitos anos não se pede mais ao intelectual para desempenhar esse papel. Um novo modo de ‘ligação entre a teoria e a prática’ estabeleceu-se. Os intelectuais se habituaram a trabalhar não no ‘universal’, no ‘exemplar’, no ‘justo e verdadeiro para todos’, mas em setores determinados, em pontos precisos nos quais eram situados, sejam por suas condições profissionais de trabalho, sejam por suas condições de vida (a habitação, o hospício, o laboratório, a universidade, as relações familiares e sexuais). Eles certamente ganharam uma consciência muito mais concreta e imediata das lutas. E ali encontraram problemas específicos, ‘não universais’, com frequência diferentes daqueles do proletariado e das massas. No entanto, penso que eles se reaproximaram realmente por duas razões: por se tratar de lutas reais, materiais, cotidianas, e por eles reencontrarem frequentemente, porém de outra forma, o mesmo adversário que o proletariado, o campesinato ou as massas, a saber, as multinacionais, o aparelho judiciário e policial, a especulação imobiliária etc. Eu o chamaria intelectual ‘específico’, em oposição ao intelectual ‘universal’.⁶⁷

Segundo o autor, a posição desse intelectual específico deve ser reelaborada, já que sua responsabilidade social, “como cientista atômico, geneticista, profissional de informática, farmacologista etc.” cresce, “quer ele queira, quer não”. O contrário “seria desqualifica-lo em sua relação específica com um saber local, sob o pretexto de que se trata de uma questão de especialistas que não interessaria às massas (...), ou porque serve aos interesses do capital e do Estado (...), ou ainda por ele veicular uma ideologia

⁶⁵ As referências aqui são de uma ordenação de trechos – feita pelo Politique-Hebdo de 29/11/1976 a 5/12/1976, sob o título *A função política do intelectual* – da *Entrevista com Michel Foucault*, publicada na Itália em 1977. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos VIII. Arte, epistemologia e história da medicina**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011, p. 212-219. Devo esclarecer que a interpretação de

Foucault no que segue representa uma possibilidade entre outras. Assim, por exemplo, LAGASNERIE, Geoffroy. **A última lição de Michel Foucault**. São Paulo: Três Estrelas, 2013 [2012], extrairá dos mesmos trechos citados adiante, diferentes conclusões. Lagasnerie, ao qual voltarei mais adiante, está preocupado basicamente com a análise de Foucault do neoliberalismo, enquanto meu próprio interesse é aproximar Foucault de Marx, como faz, por exemplo, Bob Jessop, na área da teoria do Estado, numa perspectiva calcada especialmente em Poulantzas (JESSOP, Bob. **Nicos Poulantzas. Marxist theory and political strategy**. London: MacronBooks, 1984). Nesta versão condensada do meu ensaio original, foi eliminada, por limitação de espaço, toda uma parte em que faço a crítica da interpretação de Lagasnerie da obra de Foucault.

⁶⁶ Idem, p. 213.

⁶⁷ Idem, p. 213-214.

cientificista”⁶⁸. Na verdade, as massas estão implicadas no processo e têm em geral consciência disso, enquanto a veiculação do discurso cientificista é um aspecto secundário em relação ao aspecto primordial, que é o fato de que “a verdade não está fora do poder nem sem poder”. Finalmente, embora seja certo que o conhecimento científico sirva aos poderes constituídos, isso “mostra ao mesmo tempo o lugar estratégico ocupado por ele”⁶⁹. Foucault retoma, para explicar, uma importante categoria, a de “regime de verdade”:

A verdade é deste mundo: ela é produzida graças a múltiplas imposições. E ela aqui detém efeitos regulados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade, ou seja, os tipos de discurso acolhidos por ela os quais ela faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros ou falsos, a maneira como se sancionam uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para obter a verdade; o *status* dos que têm a tarefa de dizer o que funciona como verdade.⁷⁰

Isto não serve para justificar qualquer relativismo, mas para mostrar, ao contrário, que existe uma lógica de poder e reconhecimento que subsume a produção intelectual, conferindo aos seus produtores uma determinada posição na hierarquia social, o que não se dá sem refletir as contradições essenciais da sociedade.⁷¹ O fundamental é que, para o autor, o intelectual hoje não deve ser considerado como portador de verdades universais, mas “alguém que ocupa uma posição específica, porém de uma especificidade ligada às funções gerais do dispositivo de verdade em uma sociedade como a nossa”⁷². E, para que não restem dúvidas, segue:

Em outras palavras, o intelectual decorre de uma tripla especificidade: a especificidade de sua posição de classe (pequeno burguês a serviço do capitalismo, intelectual ‘orgânico’ do proletariado); a especificidade de suas condições de vida e de trabalho, ligadas a sua condição de intelectual (seu domínio de pesquisa, seu lugar em um laboratório, as exigências econômicas ou políticas às quais ele se submete ou contra as quais ele se revolta, em uma universidade, no hospital etc.); por fim, a especificidade da política de verdade em nossas sociedades.⁷³

É no interior dessas contradições que o intelectual se move no capitalismo avançado dos nossos dias. Podemos concluir o ponto com um longo trecho, na sequência do anterior, em que fica bem clara a complexidade do problema:

⁶⁸ Idem, p. 216.

⁶⁹ Idem, p. 217.

⁷⁰ Idem.

⁷¹ Assim, “em sociedades como as nossas, a ‘economia política’ da verdade é caracterizada por cinco traços históricos importantes: a ‘verdade’ é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; ela é submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica quanto para o poder político); ela é objeto, sob formas diversas, de uma imensa difusão e consumo (ela circula em aparelhos de educação ou informação cuja extensão é relativamente ampla no corpo social, apesar de algumas limitações estritas); ela é produzida e transmitida sob o controle não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, mídias); por fim, ela é o que está em jogo em todo debate político e enfrentamento social (lutas ‘ideológicas’)” (idem, p. 217).

⁷² Idem.

⁷³ Idem.

E é aqui que sua especificidade pode tomar uma significação geral, que o combate local ou específico conduzido por ele pode portar efeitos, implicações, não apenas profissionais ou setoriais. Ele funciona ou luta no nível geral desse regime de verdade tão essencial às estruturas e ao funcionamento da nossa sociedade. Há um combate ‘pela verdade’, ou pelo menos ‘em torno da verdade’, ficando entendido, uma vez mais, que por verdade não quero dizer ‘o conjunto de coisas verdadeiras que há que descobrir ou fazer aceitar’, mas ‘o conjunto de regras segundo as quais se separa o verdadeiro do falso e se atam ao verdadeiro efeitos específicos de poder’; ficando entendido também que não se trata de um combate ‘a favor’ da verdade, mas em torno do *status* da verdade e do papel econômico-político desempenhado por ela. É preciso pensar os problemas políticos dos intelectuais não em termos de ‘ciência/ideologia’, mas, sim, ‘verdade/poder’. E, aqui, a questão da profissionalização do intelectual, da divisão do trabalho manual/intelectual pode novamente ser cogitada.⁷⁴

É justamente a esse tipo de cogitação que voltaremos agora, ajustando o foco da análise, como sugere o autor, sobre a problemática da separação entre trabalho manual e intelectual. Nesse sentido, é preciso retomar Marx e entender o significado da subsunção do trabalho no capital para a transformação dos processos de trabalho em processos de valorização e a constituição do modo de produção capitalista para, em seguida, voltar ao problema da subsunção do trabalho intelectual⁷⁵ e caracterizar a Terceira Revolução Industrial.

Para começar é importante enfatizar que “o processo histórico não é o resultado do capital, mas pressuposto do mesmo. Através desse processo, o capitalista se insere como intermediário (histórico) entre a propriedade da terra, ou entre a propriedade em geral, e o trabalho”⁷⁶. A explicação dada nos Manuscritos de 1861-1863 vai no mesmo sentido, explicitando o conceito de subsunção formal:

o capital, no início de sua formação, não apenas tomou sob seu controle o processo de trabalho em geral (o subsumiu a si mesmo), mas também os particulares processos de trabalho reais, tal como os encontra tecnologicamente prontos e tal como se desenvolveram sobre a base das relações de produção não capitalistas. O processo de produção real – o modo de produção determinado – o capital o encontra previamente e, no início, só o subsume a si mesmo formalmente, sem modificar qualquer coisa em sua determinidade tecnológica. Somente no curso do seu desenvolvimento o capital subsume o processo de trabalho a si não apenas formalmente, mas o transforma, reconfigura o modo de produção e, desse modo, cria para si o modo de produção que lhe é próprio.⁷⁷

O passo para a subsunção real preserva a determinação formal originária e,

“qualquer que seja sempre a sua figura modificada (...), [ela] contém os momentos gerais

⁷⁴ Idem, p. 218.

⁷⁵ BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. *Economía política, globalización y comunicación*. **Revista Nueva Sociedad**, Caracas, n. 140, p. 138-153, nov./dez., 1995; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. *Trabalho intelectual, comunicação e capitalismo: a re-configuração do fator subjetivo na atual reestruturação produtiva*. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP)**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-78, dez., 2002.

⁷⁶ MARX, Karl. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política**, op. cit., vol. I, p. 468.

⁷⁷ MARX, Karl, **Manuscrito de 1861-1863**, op. cit., p. 106.

do processo de trabalho”⁷⁸. A subsunção formal, forma geral da subsunção do trabalho no capital, “consiste em que o trabalhador como trabalhador cai sob a supervisão (...) do capitalista. O capital se torna comando sobre o trabalho, não no sentido de que, como diz A. Smith, a riqueza em geral é comando sobre o trabalho, mas no sentido de que o trabalhador se encontra sob o comando do capitalista”, o que passa necessariamente pela forma salário, através da qual ocorre efetivamente a subordinação, “pois, na medida em que ele vendeu ao capitalista sua capacidade de trabalho por tempo determinado pelo salário, ele deve então entrar no processo de trabalho como um dos fatores com os quais o capital trabalha.”⁷⁹

Fica claro então que o capital não cria nada de por si, que encontra dadas todas as condições prévias necessárias ao desenvolvimento do seu modo de produção, entre as quais figuram a existência da forma mercadoria e da forma dinheiro generalizadas e a existência de uma camada de trabalhadores pobres e livres, obrigados a vender a sua força de trabalho como mercadoria em troca do acesso aos meios de subsistência que se apresentam a ele como propriedade alheia, assim como a terra e todas as condições objetivas dos processos de trabalho dos quais foi previamente separado.

Dadas essas condições históricas, o capital pode transformar os processos de trabalho, que encontra dados, em sua forma originária, no artesanato, e transformá-los em processo de valorização. Nos capítulos XI a XIII do livro primeiro d’O Capital, Marx mostra que o capital produtivo é, desde o princípio, poder econômico e conhecimento, ainda que este não seja produto do próprio capital, cuja produtividade reside em que

na sua aspiração incessante pela forma universal da riqueza (...) impulsiona o trabalho além dos limites de sua necessidade natural e cria assim os elementos materiais para o desenvolvimento da rica individualidade, tão multilateral na sua produção como no seu consumo, e cujo trabalho, portanto, tampouco se apresenta como trabalho, mas como desenvolvimento pleno da atividade mesma, na qual desapareceu a necessidade natural na sua forma direta, porque uma necessidade produzida historicamente substituiu a natural. Por esta razão o capital é produtivo; ou seja, é uma relação essencial para o desenvolvimento das forças produtivas sociais. Só deixa de sê-lo quando o desenvolvimento destas forças produtivas encontra um limite no capital mesmo.⁸⁰

O que o capital faz, portanto, é introduzir-se como intermediário entre os fatores objetivo e subjetivo dos processos de trabalho, previamente separados, o que representa um verdadeiro salto ontológico, ao transformar a lógica interna de toda produção social até então, em outra, promovendo aquilo que Furtado chamaria de transmutação de meios em fins, produção de excedente para produzir novo excedente, num movimento tautológico, diria Marx, de autovalorização do valor, de modo que as potencialidades humanas passam a desenvolver-se de forma exponencial, descontrolada, antagônica e

contraditória.

O período manufatureiro, que precede a Revolução Industrial, é aquele em que a classe trabalhadora artesanal é expropriada do seu conhecimento, em benefício da acumulação capitalista. Na verdade, se considerarmos que a unidade pragmática entre

⁷⁸ Ibidem.

⁷⁹ Idem, p. 106-107.

⁸⁰ MARX, Karl. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política**, vol I, op. cit., p. 266-267.

trabalho manual e intelectual que ocorre no artesanato não abole a separação original, na velha Grécia, tão magnificamente estudada por Sohn-Rethel⁸¹, que acabará, séculos depois, por originar, na Europa, a figura do intelectual profissional, no século XII, e da sua corporação, a Universidade, no século XIII⁸², entenderemos que o referido salto ontológico consiste num duplo movimento de separação, dos aspectos materiais e intelectuais do trabalho artesanal, realizada pelo capital industrial, e de reunificação, no seu interior, desses elementos com aquele conhecimento que se desenvolvia fora da esfera propriamente produtiva e que já havia promovido a Revolução Científica, que é pré-requisito histórico também da Revolução Industrial.

A questão é colocada por Marx em termos de subsunção no chamado “Capítulo VI Inédito” e desenvolvida em todas as suas cores ao longo dos capítulos históricos do livro primeiro d’O Capital. A subsunção significa que o trabalho é incorporado ao capital como uma parte dele (capital variável), através da forma salário. A subsunção formal é a forma geral da subsunção. Com a introdução do sistema de máquinas, a subsunção torna-se também material e, portanto, real, característica do modo de produção especificamente capitalista.⁸³

Na manufatura, cada operação parcial tem de ser executável manualmente pelos operários, trabalhando isolados ou em grupos, com suas ferramentas (...). Na produção mecanizada desaparece esse princípio subjetivo da divisão do trabalho. Nela, o processo por inteiro é examinado objetivamente em si mesmo, em suas fases componentes e o problema de levar a cabo cada um dos processos parciais e de entrelaçá-los é resolvido com a aplicação técnica da mecânica, da química etc.⁸⁴

A conclusão do processo, a Revolução Industrial inglesa, na segunda metade do século XVIII, constitui o modo de produção capitalista, com seus sistemas de “máquinas-ferramenta combinadas que recebem todos os seus movimentos de um autômato central”⁸⁵. Mas a expansão desse sistema produtivo a mais e mais setores vai evidenciando um limite no fato de as máquinas serem produzidas ainda pelo artesanato ou a manufatura. O salto qualitativo se encontra na “produção de máquinas por meio de máquinas”, que marca a eclosão da Segunda Revolução Industrial:

A indústria moderna teve então de apoderar-se de seu instrumento característico, a própria máquina, e de produzir máquinas por meio de máquinas. Só assim criou ela sua base técnica adequada e ergueu-se sobre seus próprios pés. Com a produção mecanizada crescente das primeiras décadas do século XIX, apoderou-se a máquina progressivamente da

⁸¹ SOHN-RETHEL, Alfred. **Trabalho espiritual e corporal. Para a epistemologia da história ocidental.** João Pessoa: UFPB/CCSA, Mestrado em Economia, 1995 [1989].

⁸² Le GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média.** São Paulo: Ed. Unesp, 1994 [1957].

⁸³ “É por oposição a esta última que denominamos subsunção formal do trabalho no capital à subordinação ao capital dum modo de trabalho tal como se tinha desenvolvido antes de ter surgido a relação capitalista. A produção capitalista (...) é comum a ambas as modalidades, porém o modo de produção especificamente capitalista conhece (...) outras maneiras de extorquir mais-valia. Com base num modo de produção pré-existente (...), pelo contrário, só se pode produzir mais-valia recorrendo ao prolongamento do tempo de trabalho, quer dizer, sob a forma da mais-valia absoluta. A esta modalidade, como forma única de produzir mais-valia, corresponde, pois, a subsunção formal do trabalho no capital” (MARX, Karl. **Capítulo Inédito d’O Capital. Resultado do processo imediato de produção**. Lisboa: Publicações Escorpião, 1975 [1969], p. 75-76).

⁸⁴ MARX, KARL, **O Capital, Livro 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980 [1867], p. 433.

⁸⁵ Idem, p. 435.

fabricação das máquinas-ferramenta. Mas só durante as últimas décadas (que precedem 1866), a enorme construção de ferrovias e a navegação transatlântica fizeram surgir as máquinas ciclópicas empregadas na construção dos motores.⁸⁶

O aspecto decisivo de todo o processo é a “acumulação primitiva do conhecimento”⁸⁷ realizada ao longo do período manufatureiro, base para o desenvolvimento da máquina-ferramenta, elemento do capital constante que materializa o conhecimento extraído previamente da classe trabalhadora, combinado com a incorporação da ciência moderna. Tudo o que virá depois, todo o desenvolvimento das forças produtivas até hoje, está assentado sobre essa base, sobre essa expropriação originária do conhecimento da velha classe trabalhadora artesanal e sua adequação, pela ação do trabalho intelectual científico, às necessidades da acumulação capitalista.

Nos marcos da Segunda Revolução Industrial, cujos desdobramentos demonstrarão a superioridade do grande capital norte-americano e acompanharão a construção da hegemonia dos Estados Unidos da América, consolidada no pós-guerra, o capitalismo seguirá sua sina expansionista, pontuada por uma série de mudanças mais ou menos espetaculares, importantes para entender a totalidade do processo, mas que evidentemente não podem ser tratadas nos limites deste texto. O único que nos importa é que, ao contrário do que poderiam ter imaginado os fundadores do marxismo, a sociedade capitalista se desenvolveu constituindo uma massa de trabalhadores assalariados não ligados diretamente ao chão de fábrica, cujas condições de vida não se adequam ao que se entendia no século XIX como proletariado, mas tampouco podem ser definidos como pequena burguesia. A consciência burguesa os definirá como “nova classe média”⁸⁸, aliás, uma expressão recorrente, utilizada em diferentes situações para explicar o que a sociologia convencional não consegue no momento em que o fenômeno se apresenta.⁸⁹

Marcuse, por sua parte, faz uma breve, mas bela análise do fenômeno dos quadros executivos e gerenciais – citando aliás Perroux, ao falar na escravidão moderna do proletariado, “pois a escravidão é determinada ‘não pela obediência, nem pela dureza do trabalho, mas pelo estatuto de instrumento e a redução do homem ao estado de coisa’” – afirmando que eles próprios, os gerentes e administradores, “se tornam cada vez mais dependentes da maquinaria que eles organizam e administram. E essa dependência mútua não é mais a relação dialética entre senhor e escravo, que foi quebrada na luta por reconhecimento mútuo, mas, em vez disso, um círculo vicioso que encerra tanto o senhor como o escravo”.⁹⁰

Mas o fenômeno a que estou me referindo é mais amplo. Inclui massas enormes e crescentes ao longo do século de trabalho intelectual de todo tipo, não só burocrático ou de coordenação, mas técnico, de engenharia, informático, o trabalho intelectual produtivo

⁸⁶ Idem, p. 438.

⁸⁷ BOLAÑO, César. **Indústria Cultural, informação e capitalismo**, op. cit.

⁸⁸ MILLS, Wright. **A nova classe média**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979 [1951].

⁸⁹ Assim, por exemplo, a modesta ascensão social promovida no Brasil, ao longo do último período expansivo, durante os governos petistas, foi apressadamente apresentada como o surgimento de uma “nova classe média”. A própria presidenta Dilma Rousseff afirmou mais de uma vez, que o Brasil estaria se transformando em um grande país de classe média, entendendo isso como uma conquista importante do seu governo e do anterior de Luiz Ignácio Lula da Silva. É verdade que nem todo o partido comungava dessa ideia. Ver, por exemplo, POCHMANN, Marcio. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

⁹⁰ MARCUSE, Herbert. **O homem unidimensional**, op. cit., p. 66. A referência a Perroux é interessante – não é a única no livro – pois sabemos da influência que este teve sobre Furtado.

de diferentes áreas do setor de serviços, em franca expansão, das diferentes indústrias culturais e da comunicação, ou dos setores de educação e saúde, por exemplo, submetidos cada vez mais à exploração capitalista. Como se dá a redução desses tipos tão diferenciados de trabalho intelectual a trabalho abstrato, submetido a uma lógica produtivista e subordinado ao capital, é matéria para um amplo programa de investigação cujo ponto de partida, em todo caso, é a questão sobre os limites à subsunção. Este é o ponto em que nos encontramos na formulação de uma resposta à questão dos impactos sobre as relações de produção das transformações nas forças produtivas que marcam a passagem da economia e da sociedade do século XX, da Segunda Revolução Industrial, para a economia e a sociedade do século XXI, da Terceira Revolução Industrial.

Reestruturação produtiva e a atual reconfiguração do fator subjetivo.

Começemos por umas breves considerações metodológicas. Segue-se aqui a definição do objeto da Economia Política dada por Isaak Rubin: “relações de produção específicas da economia capitalista, na medida que interagem com as forças produtivas da sociedade” e não as “forças produtivas da sociedade, na medida em que interagem com as relações de produção”, que seria objeto de outra ciência, de uma “engenharia social”, como ele define.⁹¹ Em outros termos, nosso objeto de estudo é a forma social (relações de produção); o aspecto técnico-material (forças produtivas) é apenas suposto. Além disso, seguimos também Rubin ao considerar a teoria do fetichismo da mercadoria, para além da teoria da ideologia que dela se deriva, como “teoria geral das relações de produção na economia mercantil capitalista”⁹² e “base de todo o sistema econômico de Marx, particularmente de sua teoria do valor”⁹³ e da crítica da economia política.

Nesse sentido, é preciso ter presente que a teoria do fetichismo da mercadoria mostra não só que as relações humanas são encobertas por relações entre coisas (materialização), mas também que as relações sociais de produção “assumem inevitavelmente a forma de coisas e não podem se expressar senão através de coisas”⁹⁴ (personificação). A coisa, por outro lado, não apenas esconde as relações de produção entre as pessoas, mas também organiza essas relações, servindo de elo entre as pessoas. “Mais exatamente, oculta as relações de produção precisamente porque as relações de produção só se realizam sob a forma de relações entre as coisas”⁹⁵. Assim, as coisas têm uma dupla essência, material e funcional, e uma dupla funcionalidade: técnica (valor de uso) e social (vincular pessoas).⁹⁶

Por fim, a contradição entre a determinação da forma social das coisas pelas relações de produção entre as pessoas (reificação) e a determinação das relações de

⁹¹ RUBIN, Isaak. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Brasiliense, 1980 [1928], p. 14.

⁹² Idem, p. 16.

⁹³ Idem, p. 19.

⁹⁴ Idem, p. 20.

⁹⁵ Idem, p. 25.

⁹⁶ Na economia mercantil capitalista esses dois aspectos não são previamente organizados e não estão ajustados um ao outro, de modo que o ajuste sempre estará sujeito a crises e desproporções, o que assumirá contornos dramáticos em épocas de mudança estrutural como a que vivemos. Também seguimos aqui o autor ao entender a troca, não tanto aqui como fase do processo de reprodução, como no livro segundo d'O Capital, mas essencialmente como forma social da reprodução, no sentido de que o produtor de mercadorias está preso a uma “espessa rede de relações de produção”, de modo que “já no processo de produção direta ele é forçado a adaptar sua atividade de trabalho (antecipadamente) às condições esperadas do mercado” idem, p. 23). É este, portanto, que garante a regulação do conjunto.

produção individuais entre as pessoas pela forma social das coisas (personificação), que “se resolve no processo dialético de produção social, um processo contínuo e sempre recorrente de reprodução no qual cada vínculo é resultado de um vínculo anterior e causa do seguinte”⁹⁷, na economia vulgar desaparece e apenas o segundo aspecto, o único que “permanece na superfície da vida econômica e pode ser diretamente observado”⁹⁸, é considerado. Cabe à crítica da economia política desvendar o mistério, tomando como objeto as relações de produção, tendo o aspecto especificamente material do processo (a evolução da tecnologia), um caráter secundário, de pressuposto que abre possibilidades de iniciativa para os diferentes atores sociais em função do poder econômico de que dispõem.

Furtado define poder econômico como a capacidade que têm certos grupos sociais de alterar parâmetros e, com isso, influenciar o comportamento dos outros em benefício próprio, o que lhes permite apropriar-se dos ganhos de produtividade do sistema, mas, ao fazerem isso, provocam a reação de outros grupos que dispõem também de algum poder econômico (os sindicatos de trabalhadores, por exemplo), os quais reivindicam a transferência desses benefícios para a sociedade. Para o autor, trata-se de explicar a dinâmica do desenvolvimento, alternando momentos de acumulação/invenção, com outros de acumulação/difusão da inovação. Para nós, o interessante é entender essa dinâmica em termos de hegemonia e contra hegemonia.

Assim, a adoção de uma determinada inovação tecnológica por parte do capitalista é definida, em nível micro, em função da possibilidade de reduzir o valor individual da sua mercadoria em relação ao valor social, determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário, e com isso promover uma mudança de parâmetros que lhe confere vantagem frente aos seus competidores. A generalização desse tipo de decisões levará, no agregado, à redução do valor da força de trabalho, como explica Marx no capítulo 10 do livro primeiro de *O Capital*, o que, seguindo agora Furtado, empurra a classe trabalhadora à luta, dependendo do poder de barganha acumulado. O investimento em tecnologia, assim, tem um caráter estratégico para capitalistas individuais em concorrência (inovadores e imitadores) e a resposta, a mobilização sindical reivindicando a socialização dos ganhos de produtividade, também.

O mesmo vale para a definição estratégica, por exemplo, do Estado norte-americano pelo desenvolvimento da microeletrônica, do paradigma da digitalização ou da internet, a que voltarei adiante. Perguntar-se, ao contrário, pelos impactos sociais e econômicos de uma tecnologia, ou de um paradigma tecnológico definido a priori, sem perscrutar o jogo dos atores sociais que se apresentam desde a sua gênese, para além das especificidades materiais da própria coisa, constitui precisamente o que se chama determinismo tecnológico, tão evidente nos trabalhos do velho MacLuhan, ressuscitado no campo da Comunicação nos anos 1990, com a hegemonia do pensamento pós-modernista, mas visível também nos célebres trabalhos de Manuel Castells sobre a

sociedade em rede e a internet.⁹⁹

⁹⁷ Idem, p. 36.

⁹⁸ Idem, p. 39.

⁹⁹ Entre os trabalhos de Manuel Castells sobre esses temas, destaca-se a trilogia CASTELLS, Manuel. **La era de la información**. Madrid: Alianza, 1996. Ver também CASTELLS, Manuel. **La galáxia internet. Reflexiones sobre internet, empresa y sociedad**. Madrid: Areté, 2001. Desde então, o autor tem produzido uma série de trabalhos menores sobre o tema. Para uma crítica, vide LOPES, Ruy Sardinha. **Informação, conhecimento e valor**. São Paulo: Radical Livros, 2008.

Isto posto, voltemos ao objeto do item anterior. Aquele conjunto de trabalhadores intelectuais, cujo trabalho se amplia e torna-se progressivamente produtivo, pode gozar, ao longo do século XX, de elevados graus de autonomia, na medida em que o seu enquadramento pelo aparato técnico da grande indústria capitalista era limitado. Assim, para ficarmos apenas no plano da produção estritamente material, esse trabalho intelectual, que de início, no momento da Primeira Revolução Industrial, era reduzido, limitando-se, em cada empresa, a um número ínfimo de indivíduos com conhecimento técnico – por vezes, o próprio capitalista ou um membro da família, ou um cientista, um mecânico, um químico contratado – concentrava o grosso das operações intelectuais que a fábrica automatizada preservava, enquanto o conhecimento prévio da classe trabalhadora artesanal, desapropriado no momento da acumulação primitiva do conhecimento – pressuposto básico da Revolução Industrial, tanto quanto a acumulação primitiva de capital que Marx apresenta no capítulo 24 do livro primeiro –, plasmava-se na própria máquina, esse trabalho intelectual, dizia, com a expansão do grande capital e os desdobramentos da Segunda Revolução Industrial, cresce em volume preservando autonomia.

Constitui-se, assim, a base social da Terceira Revolução Industrial. A chamada automação flexível viria para quebrar de alguma forma essa autonomia. Na verdade, como bem mostra Benedito Moraes Neto, o problema já estava posto muito antes, na medida em que não fora possível, à época de Marx, a automação da manufatura heterogênea, de modo que a solução taylorista-fordista se apresenta como uma forma regressiva de organização capitalista da produção, baseada em métodos de gestão despótica de grandes massas de trabalho especializado.¹⁰⁰ A automação flexível, utilizando-se das novas ferramentas informáticas e microeletrônicas em geral, virá para resolver esse velho problema, garantindo a automação daquilo que não pudera ser automatizado de início. A robotização da linha e montagem representa o grau máximo desse desenvolvimento, tornando trabalho redundante, expulsando-o do processo imediato de produção, deslocando-o – transformado, intelectualizado – para o plano da vigilância e do controle do mesmo.

Mas o processo não para por aí. O trabalho intelectual – do engenheiro mecatrônico, por exemplo, que substitui, digamos, o torneiro mecânico, manipulando um terminal de computador e não mais uma máquina-ferramenta atuando diretamente sobre a matéria – deve ser, nessas condições, subsumido e isso é o que ocorre graças à separação lógica, fruto do desenvolvimento da cibernética e da informática, entre *hardware* e *software*. O surgimento deste último como objeto isolado e manipulável é que permite, para além da intelectualização geral dos processos de trabalho, a subsunção do trabalho intelectual que caracteriza o capitalismo da Terceira Revolução Industrial. Um movimento que, no plano ontológico, representa mais um passo na separação do homem em relação à natureza, para além do instrumento natural, da ferramenta artesanal que a

manufatura desenvolve especializando, ou da máquina-ferramenta que materializa o conhecimento extraído da classe trabalhadora ao longo do período manufatureiro.

Uma nova camada técnica é agora introduzida entre o homem e a natureza, abrindo imensas possibilidades de desenvolvimento das forças produtivas. Adorno e Horkheimer foram ao âmago da questão ao identificar como “o pensar reifica-se num processo automático e autônomo, emulando a máquina que ele próprio produz para que

¹⁰⁰ MORAES NETO, Benedito. **Marx, Taylor, Ford. As forças produtivas em discussão.** São Paulo: Brasiliense, 1989; _____. **Século XX e trabalho industrial. Taylorismo/fordismo, ohnismo e automação em debate.** São Paulo: Xamã, 2003.

ela possa finalmente substituí-lo”. Este papel coube ao pensamento matemático, que se tornou “por assim dizer, o ritual do pensamento (...) ele transforma o pensamento em coisa, em instrumento”¹⁰¹. A subsunção do trabalho intelectual é o auge desse movimento, iniciado, se quisermos seguir Sohn-Rethel,¹⁰² na Grécia antiga, no momento em que a generalização da abstração real da troca permitiu a constituição da abstração no pensamento e a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual.

Esses desenvolvimentos impactam o conjunto das classes trabalhadoras e todos os processos de trabalho. As tecnologias da informação e da comunicação, inclusive a organização em rede dos processos de trabalho espacialmente dispersos, reestruturaram profundamente o modo de produção, que se torna crescentemente informático e comunicacional. Nessas condições, a classe trabalhadora apresenta-se muito diferente do que foi no século XIX, mas também no século XX. Há, por um lado, uma crescente subsunção do trabalho intelectual no capital, cujos limites são matéria de pesquisa empírica, e de intelectualização de todos os processos de trabalho e do consumo. A expansão deste último, em particular – e de forma aguda no período mais recente em que o espetacular desenvolvimento do capitalismo chinês reduziu os preços dos bens de consumo de forma generalizada –, aprofunda as tendências de integração social típicas do capitalismo avançado do século XX, a que me referi acima. O aparecimento da internet, a que voltaremos adiante, na forma que a conhecemos hoje faz parte também desse movimento.

Deve-se esclarecer, por outro lado, que não se trata de democratização ou de constituição de formas mais humanas de vida e trabalho, antes pelo contrário. Em primeiro lugar, embora o movimento de intelectualização geral atinja a todos, a grande maioria da população mundial permanece excluída dos benefícios. Nem, por suposto, o trabalho simples deixa de existir pelo fato de ser hoje mais complexo que no passado, de modo que a velha separação entre trabalho manual e trabalho intelectual permanece sob outra roupagem. Na verdade, ao longo do período neoliberal, ainda não encerrado, observa-se uma concentração de renda e propriedade absurda, muito conhecida de economistas de diferentes escolas.¹⁰³

Em segundo lugar, o próprio trabalho intelectual vai-se precarizando e sofre de condições típicas do momento da sua industrialização, quando se reforçam os mecanismos de controle, ao tempo em que a exploração é aperfeiçoada, reduzindo porosidades nos processos de trabalho, para usar uma expressão eufemística, valendo-se inclusive de formas de trabalho à distância que mantêm o trabalhador permanentemente disponível. Muitos desses desenvolvimentos, inclusive certas tecnologias, ajudam a eliminar ou tornar letra morta conquistas históricas relativas à relação capital-trabalho, em sintonia com as mudanças regulatórias que o neoliberalismo implementa. Tudo isso atinge o conjunto da classe trabalhadora, inclusive os seus setores mais intelectualizados e mesmo aqueles que, presos a um estatuto de intelectual superado, não conseguem ainda

reconhecer-se como parte da classe trabalhadora, apegando-se a pequenos privilégios que aos poucos vão sendo perdidos.

¹⁰¹ ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006 [1944], p. 33.

¹⁰² SOHN-RETHEL, Alfred. **Trabalho espiritual e corporal**, op. cit.

¹⁰³ Ver, por exemplo, o famosíssimo livro de PIQUETTI, Thomas. **O capital no século XXI**. Lisboa: Circulo Leitores, 2014 [2013]. Ou ainda o prêmio Nobel, STIGLITZ, Joseph. **O grande abismo**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

O uso das tecnologias da informação e da comunicação, como ocorre caracteristicamente com o trabalho docente hoje, a burocratização extrema, o ambiente de vigilância, a exigência de ações que desviam parte significativa do tempo de trabalho dos seus objetivos diretamente produtivos, mas garantem o controle, a hierarquização de funções criando diferenças de interesse imediato no interior da classe trabalhadora, parte dela servindo de correia de transmissão entre a maioria e as instâncias de poder econômico ou burocrático, além de todo tipo de divisões ligadas às especialidades e às ilusões de progresso individuais, tudo isso vale também para as outras formas de trabalho intelectual ou intelectualizado.

Também não se pode esquecer os grandes privilégios: setores de trabalhadores intelectuais, especialmente nos campos da gestão e do controle, que preservam condições de vida e rendas, inclusive pelas possibilidades de corrupção que o sistema oferece, totalmente desconectadas da imensa maioria da classe trabalhadora. Pode-se usar aqui o velho conceito de aristocracia operária, mas a grande questão, já apontada, é a da transformação do velho intelectual a serviço do poder em empregado de determinado capital individual (não apenas no campo da cultura e da comunicação, aliás), com um olho posto na classe, outro na empresa.

O fato é que a classe trabalhadora se apresenta hoje extremamente fragmentada, heterogênea, com níveis de remuneração, estilos de vida e visões de mundo muito distantes daquela condição culturalmente homogênea, referida acima, do século XIX, que garantia a autonomia cultural indispensável para a construção de um projeto de sociedade alternativo a partir de formas de organização e de pensamento contra hegemônicos.

Internet e a nova mudança estrutural da esfera pública.

Os processos de intelectualização acima referidos não se limitam ao mundo do trabalho, mas têm um impacto profundamente desestruturador sobre o mundo da vida das amplas massas da população mundial, ao transformar também os modos de consumo, em especial, no que nos interessa mais de perto, de consumo cultural. O desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação e a separação lógica, acima referida, entre *hardware* e *software*, da revolução microeletrônica e o surgimento da informática aos dias de hoje, faz parte de uma tendência bem mais antiga, de quantificação geral da realidade¹⁰⁴, que remonta ao século XIII e desemboca na grande Revolução Científica do XVI, condição necessária para a Revolução Industrial e o surgimento do capitalismo.

Poderíamos ir mais longe, como fomos com Sohn-Rethel, para destacar aquele momento crucial, do surgimento da filosofia, da matemática pura e da ciência pura da natureza, na Grécia antiga, quando trabalho manual e intelectual se separam, consequência da forma dinheiro e da troca generalizada de mercadorias. Trata-se, em

suma, de uma espiral ascendente de abstração e domínio, que leva Adorno e Horkheimer, por sua vez, a localizar o esclarecimento já em Homero: “o cosmo venerável do mundo homérico pleno de sentido revela-se como obra da razão ordenadora, que destrói o mito

¹⁰⁴ CROSBY, A. W. **A mensuração da realidade. A quantificação e a sociedade ocidental 1250-1600.** São Paulo: UNESP, 1999 [1997].

graças precisamente à ordem racional na qual ela o reflete”¹⁰⁵. Assim, “os mitos que caem vítimas do esclarecimento já eram o produto do próprio esclarecimento”¹⁰⁶

Assim o homem vai se distanciando da natureza, para melhor dominá-la, mas, para a maioria dos homens, não se trata propriamente de domínio senão, ao contrário, de subordinação crescente a poderes que se lhe afiguram também mais e mais abstratos. O capitalismo representa o auge desse processo, pois marca uma inflexão no interior dessa longa tendência, ao promover uma fundamental transmutação de meios em fins. Com isto, ultrapassam-se, diria Marx, todas as barreiras, físicas e morais, que limitavam o avanço das forças produtivas, de modo que o capital, sujeito, e a classe dos capitalistas que o representa podem desenvolver-se ampliando o seu domínio sobre a natureza e sobre os demais seres humanos.

O caráter contraditório e antagônico do processo não elimina o fato de tratar-se de uma evolução de conjunto do gênero humano, mas o qualifica. O movimento tautológico de valorização do valor, através da exploração de trabalho humano não pago, exige formas cada vez mais complexas de gestão e de controle sobre indivíduos e coletividades em todos os planos da existência, o que inclui o uso da força bruta, mas também, e crescentemente, cooptação e sedução. É claro que no mundo do trabalho, sistemas de controle mais insidiosos são sempre necessários, mas com o avanço em direção a formas de subsunção do trabalho intelectual, de modo que a extração das energias (mentais) dos trabalhadores na geração da mais-valia exigem forte engajamento destes, as formas mais brutas de tipo taylorista são encobertas por uma série infinita de ideologias e práticas que estimulam o envolvimento, a participação nas decisões etc.

Furtado define o conceito de “ruptura no plano da racionalidade”, vinculando-o à sua definição de poder econômico já mencionada acima.¹⁰⁷ O movimento de subsunção do trabalho intelectual é um bom exemplo, pois o conjunto das relações de produção se vêm afetadas. Cada classe, cada indivíduo deve adaptar-se às condições exigidas pelo novo paradigma da digitalização, imposto pela potência norte-americana, de acordo com as suas estratégias de concorrência industrial. O caso da televisão de alta definição, em que os *standards* japonês e europeu disputavam a hegemonia em nível global até

¹⁰⁵ ADORNO; T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**, op. cit., p. 47. Em outra parte, os autores explicam: “Todo ritual inclui uma representação dos acontecimentos bem como do processo a ser influenciado pela magia. Esse elemento teórico do ritual tornou-se autônomo nas primeiras epopeias dos povos. Os mitos, como os encontraram os poetas trágicos, já se encontram sob o signo daquela disciplina e poder que Bacon enaltece como o objetivo a se alcançar. O lugar dos espíritos e demônios locais foi tomado pelo céu e sua hierarquia; o lugar das práticas de conjuração do feiticeiro e da tribo, pelo sacrifício bem dosado e pelo trabalho servil mediado pelo comando. As deidades olímpicas não se identificam mais diretamente aos elementos, mas passam a significá-los” (idem, p. 20-21). Há nesta configuração uma contradição, formulada por Nietzsche, que “conhecia como poucos, desde Hegel, a dialética do esclarecimento. Foi ele que formulou sua relação contraditória com a dominação” (idem, p. 47). Assim, “quando essa duplicidade do esclarecimento se destaca como um motivo histórico fundamental, seu

conceito como pensamento progressivo é estendido até o início da história tradicional” (idem, p. 48).

¹⁰⁶ Idem, p. 20.

¹⁰⁷ A definição mais ampla do autor, vinculando o conceito de ruptura no plano da racionalidade ao de poder econômico, encontra-se na seguinte passagem: “A ruptura no plano da racionalidade ocorre quando o agente está capacitado para modificar o meio em que atua, apresentando no seu comportamento um fator volitivo criador de novo contexto. O campo do possível amplia-se e a racionalidade passa a requerer uma visão mais abrangente da realidade. Assumindo a criatividade, o agente impõe a própria vontade, consciente ou inconscientemente, àqueles que são atingidos em seus interesses pelas decisões que ele toma. Implícito na criatividade existe, portanto, um elemento de poder. O comportamento do agente que não exerce poder é simplesmente adaptativo” (FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**, 1978, op. cit., p. 17). Vide também BOLAÑO, César. **Campo Aberto**, op. cit., capítulo 1).

princípios dos anos 1990, quando os Estados Unidos redefinem os termos da disputa, exigindo adequação ao projeto de digitalização das infraestruturas globais da informação, é exemplar, pois toda a pesquisa deverá ser redirecionada para terrenos (telecomunicações e especialmente informática) em que a potência global apresentava indiscutível vantagem, ao contrário do que ocorria com a velha indústria eletrônica, em que Alemanha e Japão a haviam suplantado ao longo do período expansivo do pós-guerra. ¹⁰⁸

Na verdade, do ponto de vista da política industrial, a retomada da hegemonia norte-americana, abalada ao longo da década de 1970, consistiu, como já ocorrera no concernente à política monetária e aos movimentos políticos e militares na era Reagan,¹⁰⁹ em promover uma mudança de parâmetros em seu benefício, obrigando os demais atores do jogo internacional a refazer suas estratégias. Os recursos estratégicos que lhes garantiram a capacidade de virar o jogo em seu favor foram, neste caso, os avanços tecnológicos que, desde a guerra, vinham sendo realizados no seu complexo industrial-militar-acadêmico. A internet é fruto também disso e vem na esteira da massificação já do computador pessoal.

O que interessa enfatizar neste ponto é a mudança que ela enseja nas estruturas de mediação social vigentes na segunda metade do século XX, que vimos acima. Consideremos três paradigmas comunicacionais de base: o da comunicação telefônica ponto a ponto, em que a empresa fornece o canal para comunicações interpessoais; o da radiodifusão, em que conteúdos são transmitidos de um ponto para uma população receptora de grandes proporções – e neste caso a interatividade, tecnicamente possível, tende a ser eliminada, em função das características consolidadas na exploração do negócio, seja pelo Estado, seja pela empresa privada; e o do acesso remoto a bancos de dados informatizados. A internet é fruto da convergência entre esses três paradigmas, com a prevalência da perspectiva dos informáticos, da inteligência distribuída, por oposição à dos engenheiros de telecomunicações, da inteligência centralizada.

Essa vitória do pensamento informático na organização dos sistemas telemáticos, não por alguma superioridade intrínseca da tecnologia em si, mas pela desigual distribuição do poder econômico entre os atores principais participantes da disputa, que balizam, por suposto, as ações estratégicas de cada um, está bem ilustrada no avanço avassalador da internet e no fracasso, a termo, por exemplo, do projeto telemático francês, de grande visibilidade internacional nos anos 1990. O resultado mais importante, no entanto, é a constituição, em nível global, de um espaço de interação social, comumente chamado ciberespaço, para o qual todas as formas de comunicação (interpessoal, massiva, pública, privada) convergem. Essa convergência, ou seja, a constituição de uma imensa plataforma técnica pela qual tendem a passar todas as comunicações humanas, é o fundamental. A aparência democratizante e todas as potencialidades envolvidas estão subordinadas à funcionalidade maior, de controle social que o novo sistema facilita.

O caráter totalitário deste fica encoberto pela sua lógica mercantil, concorrencial,

aparente, como já ocorria com a velha Indústria Cultural, segundo Adorno, Horkheimer e todos os grandes representantes do pensamento crítico que se debruçaram sobre o tema. Mas, na velha Indústria Cultural, a assimetria entre emissor e receptor era evidente e justificava, nas condições históricas do pós-guerra, a existência de mecanismos de regulação e de sistemas públicos de televisão. A fragilidade dos estudos de recepção,

¹⁰⁸ BOLAÑO, César et al. **Economia política da internet**, op. cit., 2ª ed. (2011), p. 30.

¹⁰⁹ TAVARES, Maria da Conceição. *A retomada da hegemonia norte-americana*. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luis (org.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

aliás, está justamente no fato de exagerar a capacidade de resistência, de ressignificação etc., dos consumidores de cultura, acabando por recair no relativismo pós-modernista, ou numa espécie de populismo de mercado, ao considerar a possibilidade de algum tipo de cidadania pelo consumo.¹¹⁰

Com a internet, a equação se complica, na medida em que o aumento da concentração é negado pela aparência de um sistema concorrencial e anárquico. O que ocorre, na verdade, é uma nova divisão de trabalho e de poder entre os agentes principais, um novo balanceamento do peso relativo dos grandes atores nacionais e internacionais, reconfigurando todo o sistema de mediação, que não elimina a Indústria Cultural, mas a subsume numa totalidade maior, mais caracteristicamente mercantil, com maior capilaridade, a qual não oferece simplesmente, mas exige atividade da parte dos consumidores. A lógica mercantil estende-se, com isso, não apenas a toda produção cultural, reduzindo a autonomia das culturas de resistência, mas todas as relações sociais, no interior do mundo da vida mesmo, ficam crescentemente envoltas num ambiente de mercado naturalizado, conhecido eufemisticamente como “sociedade em rede”.

Voltemos por um instante aos fundamentos. O mercado, essa “espessa rede de relações produção”¹¹¹, funcionando de acordo com a lógica aparente da economia mercantil (M-D-M), apresenta-se como uma esfera de cidadãos livres e iguais que buscam na troca a satisfação de suas necessidades humanas. A forma da circulação geral das mercadorias, por outro lado, “impede ao dinheiro de percorrer um circuito. O resultado é o afastamento constante do dinheiro do seu ponto de partida, e não a volta a esse ponto”¹¹². No interior da circulação geral das mercadorias, no entanto, alguns agentes, os capitalistas, funcionam segundo uma lógica invertida (D-M-D), com uma segunda intenção: investem D esperando um retorno maior (D’) e “a dupla mudança da mesma mercadoria ocasiona a volta do dinheiro a seu ponto de partida”¹¹³. Assim, o dinheiro retorna sempre acrescido ao ponto de origem, de modo que o sistema apresenta uma inevitável tendência à concentração – expressa na lei geral da acumulação capitalista – como se observa, aliás, historicamente, inclusive no caso da internet.

Nesta, a existência de uma multidão imensa de indivíduos cujas ações não têm a capacidade de alterar a lógica do conjunto, ou seja, de uma sociedade à qual os sujeitos, livres e iguais, devem adaptar-se, na qual, enfim, não se verificam maiores assimetrias, é a aparência que mascara a realidade de uma brutal concentração de poder nas mãos de atores empresariais, como Google, Facebook, Microsoft, ou estatais, como as agências do tipo NSA ou o Departamento de Estado norte-americano, os quais desfrutam do efetivo controle do sistema no seu conjunto. Esses poucos grandes atores, por serem justamente aqueles que dispõem de poder econômico, fogem aos constrangimentos que a rede (a sociedade) impõe à imensa maioria dos participantes, incorporados basicamente na condição de consumidores de cultura.

A rede das redes é a quintessência da integração pelo consumo a que me referi

extensamente acima, golpeando fortemente a autonomia cultural da classe trabalhadora, para o que concorre a lógica hegemônica da diversidade, que apenas o mercado unifica. É claro que existe também uma lógica de esfera pública envolvida na organização da rede:

¹¹⁰ CANCLINI, Néstor G. **Consumidores y ciudadanos. Conflictos multiculturales de la globalización**. México: Grijalbo, 1995.

¹¹¹ RUBIN, Isaak. **A teoria marxista do valor**, op. cit., p. 23.

¹¹² MARX, Karl. **O Capital**, livro 1, op. cit., p. 127.

¹¹³ Idem, p. 168.

No caso da nova esfera pública global, o que se pode observar é que o paradigma da comunicação de massas se mantém para a grande maioria da população mundial, reforçando-se ainda mais seu sentido manipulador e, principalmente, o caráter inócuo do processo democrático burguês. Paralelamente um setor restrito da população, ainda que sempre crescente em termos absolutos, constituirá uma massa crítica capaz de influenciar em maior ou menor medida as decisões dos políticos. Na realidade, inclusive no interior dessa massa crítica, as possibilidades de ação em relação ao poder serão não apenas variáveis de acordo com a conjuntura, mas sobretudo assimétricas.¹¹⁴

Isto é certo, mas é preciso insistir na necessidade de evitar todo otimismo em relação às possibilidades de construção de uma esfera pública crítica, ainda que restrita, reproduzindo, em nível global, a estrutura da velha esfera pública burguesa do século XIX, pois, mesmo abrangendo uma parcela muito pequena da população, com poder de pressão mínimo e limitado ao nível dos estados nacionais – além de conjuntural, assimétrica etc. – essas possibilidades vêm sendo drasticamente reduzidas nos anos recentes, na exata medida em que, a partir da crise das empresas de tecnologia de 2000, avançam os interesses empresariais e cresce a concentração. Assim, o modelo da Indústria Cultural televisiva fica subsumido no novo sistema de mediação, mas a sua lógica social (publicitária) se generaliza, consolidando-se, portanto, no interior da própria rede e nos seus diferentes estratos.

Não se trata, portanto, de derrota (de fim, como querem alguns) do sistema antigo, mas do aperfeiçoamento dos seus mecanismos de manipulação e de controle social, o que exige, mais uma vez, como no momento do surgimento do rádio ou da teledistribuição por cabo, a esterilização das possibilidades de interação humana que a técnica oferece, não só pelo seu potencial político subversivo, mas especialmente pelas necessidades dos modelos de exploração econômica adotados. No caso da internet, há uma peculiaridade importante, pois se trata de uma interatividade sempre mediada pelo aparato técnico, que distancia os humanos da mesma forma, referida acima, em que, na fábrica pós-fordista, uma nova camada técnica se insere entre o homem e a natureza, com a separação não meramente conceitual entre *hardware* e *software*. A coisa, neste caso, é uma imensa plataforma global que retém toda comunicação, toda informação que por ela passa, tornando-a acessível, nos limites das condições técnicas e econômicas de cada um, aos agentes com poder econômico que concorrem pelo controle de corações e mentes, com objetivos publicitários, propagandísticos ou de pura e simples vigilância.

O potencial contra hegemônico da rede também existe, por certo, como apontado no último trecho citado acima, e não poucos exemplos históricos poderiam ser dados nesse sentido, pois já não há movimento social, sindicato ou partido político que não atue na rede. Não obstante, deve-se ter em mente, em primeiro lugar, as assimetrias em termos

da capacidade de cada ator na utilização da rede em seu próprio benefício; em segundo, as assimetrias em termos da capacidade de desenvolver soluções técnicas que acabam por influir na trajetória tecnológica da própria rede; por fim, os perigos de uma utilização desavisada de um sistema de controle e vigilância tão sofisticado, como deixa clara a experiência das chamadas primaveras árabes.

¹¹⁴ BOLAÑO, César. *La génesis de la esfera pública global*. In: **Nueva Sociedad**, 147, Caracas, 1997, p. 147.

Nessas condições, o uso consequente da rede com objetivos contra hegemônicos é possível e necessário, mas deve reconhecer claramente os limites estruturais que balizam a agência individual e coletiva. Deve-se precaver particularmente contra a prevalência de estratégias de financiamento dos coletivos de ativistas (mediadores) que venham a reforçar lógicas mercantis ou clientelistas em detrimento da construção de laços de solidariedade e formas de organização coletivistas pois, para além de objetivos políticos imediatos, o que está em jogo, em última instância, é a construção de uma alternativa global de organização da cultura, por oposição à forma mercadoria dominante e sempre expansiva. As estratégias de resistência passam necessariamente pela recuperação de formas coletivas de produção de sentido e pela construção de novas formas de existência, capazes de proteger o indivíduo do desamparo a que a gestão neoliberal do social o lançou.

As políticas da diversidade, as lutas por direitos civis e pelo reconhecimento são parte dessas formas de resistência, mas o próprio mercado encarrega-se de esterilizar o seu potencial transformador, à falta de formas concretas de unificação das energias criativas dos diferentes setores de uma classe trabalhadora hoje extremamente fragmentada. Os aspectos dessa fragmentação, hierarquização e outros, citados anteriormente, ilustram as dificuldades a serem enfrentadas, mas fica claro também, pelo próprio movimento de subsunção do trabalho intelectual e de intelectualização geral de todos os processos de trabalho e do consumo, que o desenvolvimento das forças produtivas coloca, pela primeira vez, a possibilidade concreta de uma reconciliação entre trabalho manual e trabalho intelectual, para além da articulação promovida pelo capital, no seu interior e em seu próprio benefício. Assim como a automação flexível substitui por robôs o trabalhador especializado da fábrica taylorista-fordista, tornando seu trabalho redundante, o intelectual especialista, para usar a expressão de Foucault, interpretada à nossa maneira, está à mercê também dos desenvolvimentos da informática, como no caso extremo dos robôs escritores (*bots*) que assombram hoje os jornalistas de carne e osso.

Do ponto de vista da comunicação, trata-se, acima de tudo, de fortalecer e dar coerência aos instrumentos de coordenação interna, num sentido semelhante àquele citado acima, quando me referi aos escritos de Lênin, com a diferença, fundamental, de que se trata agora de construir não um partido unificado, como na Rússia do início do século XX, mas os mecanismos de coordenação que permitam garantir a autonomia cultural da classe trabalhadora no seu conjunto. Instituições como a escola, os pontos de cultura, as associações culturais nos bairros, nas ocupações, na cidade e no campo, nas universidades, sindicatos podem ser a base para a construção de uma rede horizontal, de comunicação popular e alternativa, atuando conscientemente dentro, mas especialmente fora da rede de vigilância que é a internet, visando aquela autonomia cultural e a produção de formas de existência solidárias, não mercantis, o que só será possível pela ação de indivíduos capazes de realizar outra mediação possível, como já ocorre em diferentes

movimentos sociais, como os dos trabalhadores sem teto, ou dos trabalhadores sem-terra.

A ação de jornalistas e comunicadores de todo tipo, de produtores culturais, assistentes sociais e outros trabalhadores intelectuais é fundamental para a realização desse tipo de comunicação, cujo objetivo é fortalecer a identidade de classe, promovendo a unidade na construção, não de um programa ou de uma estratégia meramente, mas de uma alternativa completa, contra hegemônica, para o sistema global de cultura, condizente com formas de democracia participativa e de ação direta por parte dos trabalhadores organizados na base. Relembremos as considerações de Furtado, citadas no início deste texto, em que o autor defende a ação política direta como a “última chance

de conter a invasão do poder burocrático” e reverter a tendência, inerente ao capitalismo, de transmutação dos meios em fins. Na mesma altura citei a advertência que o autor faz ao pensamento marxista sobre a necessidade de garantir à classe operária, as “condições de gerar visões independentes de mundo”.

Assim sendo, a função primordial de um partido de esquerda, identificado com os interesses da classe trabalhadora, que eventualmente chegue ao poder deve ser o empoderamento da classe e de suas organizações autônomas. A luta de classes no plano da cultura é, portanto, absolutamente fundamental, e tanto mais tendo em vista a perda da autonomia cultural em função das tendências operantes ao longo de todo o século XX, examinadas acima. Seguindo ainda Furtado, trata-se de construir “uma nova síntese cultural, que recolha a força criativa do povo”, o que pressupõe aprofundamento da democratização, da implantação de novos instrumentos de democracia direta, eu diria, e de redução daquilo que o estruturalismo latino-americano chama heterogeneidade social.

Do ponto de vista da comunicação, trata-se, como propunha Mattelart, vimos, de “dar a palavra ao povo” e é nesse sentido que falo na importância da criação de novas formas de mediação social, como a dos atores e atrizes seguidores das propostas do teatro do oprimido, que transferem à plateia as ferramentas de comunicação de que dispõem e assim, através do seu trabalho, transformam a realidade e transformam-se a si mesmos, pela interação com aqueles outros trabalhadores (o público), que recebem mas também oferecem conhecimento.